

UFRRJ é agente!

Carta Programa

Diretrizes e
Propostas
da chapa
UFRRJ é
agente!

Quadriênio de
2021 a 2025





CARTA PROGRAMA COM AS DIRETRIZES E PROPOSTAS DA CHAPA *UFRRJéAgente*

QUADRIÊNIO DE 2021 A 2025

Seropédica, 22 de outubro de 2020

**UFRRJé
agente!**

Componentes da chapa:

Ricardo Luíz Louro Berbara – Candidato a Reitor

César Augusto Da Ros – Candidato a Vice-Reitor

Nidia Majerowicz – Candidata a Pró-Reitora de Graduação

Edson Jesus de Souza – Candidato a Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Rosa Maria Marcos Mendes – Candidata a Pró-Reitora de Extensão

Edileuza Dias de Queiroz – Candidata a Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Lúcia Helena Cunha dos Anjos – Candidata a Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

João Márcio Mendes Pereira – Candidato a Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Juliana Arruda – Candidata a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Jonas Alves da Silva Junior – Candidato a Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis

Marcelo da Cunha Sales – Candidato a Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Kênia Cristina Pontes Maia – Candidata a Pro-Reitora Adjunta da Progep

Roberto de Souza Rodrigues – Candidato a Pró-Reitor de Planejamento Avaliação e Desenvolvimento Institucional

Fábio Cardozo da Silva – Candidato a Pró-Reitor Adjunto de Planejamento Avaliação e Desenvolvimento Institucional.

Nilson Brito de Carvalho – Candidato a Pró-Reitor de Assuntos Financeiros

Fabio Izidoro da Silva – Candidato a Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Financeiros

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
1.1. AÇÕES ACADÊMICAS DE PERMANÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:.....	2
1.2. AÇÕES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAL:	3
1.3. GESTÃO INTEGRADA E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL:.....	3
1.4. AÇÕES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:	5
2. DIRETRIZES DE ATUAÇÃO	6
3. PROPOSTAS DA CHAPA UFRRJéAgente PARA A GESTÃO DE 2021 A 2025	7
3.1. PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PROGRAD):.....	7
3.1.1. Fortalecimento do ensino-aprendizagem.....	8
3.1.2. Gestão participativa na graduação	9
3.1.3. CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA GRADUAÇÃO	9
3.1.4. Combate à retenção e evasão nos cursos de graduação	10
3.1.5. Inclusão e acessibilidade.....	11
3.2. PROPOSTAS PARA A PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG):	11
3.2.1. Ações relacionadas aos discentes de pós-graduação e graduação:.....	12
3.2.2. Ações relacionadas aos programas de pós-graduação (PPGs):.....	12
3.2.3. Ações relacionadas aos docentes em PPGs e à orientação científica nas várias modalidades:.....	13
3.2.4. Ações relacionadas à pesquisa e inovação:	13
3.2.5. Ações relacionadas ao ensino em novas modalidades:.....	14
3.2.6. Setores vinculados à PROPPG:.....	14
3.3. DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEXT): ...	16
3.3.1. Políticas:.....	16
3.3.2. Melhoramento das capacidades extensionistas e fortalecimento das comissões de Instituto:.....	17
3.3.3. Articulação entre Pró-Reitorias Acadêmicas:.....	18
3.3.4. Escola de Extensão (EExt):	19
3.3.5. Estruturação de política de arte e cultura:	19
3.3.6. Preservação e valorização do Patrimônio Material e Imaterial da UFRRJ:	20
3.3.7. Planejamento estratégico de esportes e lazer:	20
3.4. GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES ACADÊMICAS VIRTUAIS:.....	21

3.5. PROPOSTAS DA CHAPA PARA A PRESERVAÇÃO DAS CONQUISTAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PROAES):.....	23
3.5.1. <i>Propostas para a melhoria da infraestrutura da assistência estudantil:</i>	24
3.5.2. <i>Propostas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados:</i>	25
3.5.3. <i>Propostas de institucionalização e regulamentação da assistência estudantil:</i>	26
3.5.4. <i>Manutenção da comunicação e divulgação das ações da assistência estudantil:</i>	27
3.5.5. <i>Apoio à organização estudantil:</i>	27
3.6. PROPOSTAS DE GESTÃO PARA A PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (PROPLADI):	27
3.6.1. <i>Propostas para a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CODIN):</i>	29
3.6.2. <i>Propostas Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura (COPEA):</i> ...	30
3.6.3. <i>Propostas para Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC):</i>	31
3.6.4. <i>Propostas Para Seção e Arquivo e Protocolo Geral (SAPG):</i>	31
3.7. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS (PROAF):.....	32
3.7.1. <i>Proposta para o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF):</i>	33
3.7.2. <i>Proposta Departamento de Material e Serviços Auxiliares (DMSA):</i>	33
3.7.3. <i>Proposta Divisão do Patrimônio e Serviços Gerais:</i>	34
3.7.4. <i>Proposta para o Departamento de Gestão de Contratos e Convênios (DGCC):</i> ...	34
3.7.5. <i>Proposta para o Departamento de Orçamento e Custos (DOC):</i>	34
3.8. PROPOSTAS DE AÇÃO PARA A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP):	35
3.8.1. <i>Diagnóstico da situação na Pró-Reitoria no ano de 2016:</i>	35
3.8.2. <i>Ações realizadas nos anos de 2017 a 2020:</i>	36
3.8.3. <i>Propostas de ações para PROGEP para os anos de 2021 a 2025:</i>	38
3.9. PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (CAIC E CTUR)	39
4. PROPOSTAS DA GESTÃO PARA ATUAÇÃO POR ÁREAS TEMÁTICAS:	41
4.1. PROPOSTAS PARA A CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS:.....	41
4.2. PROPOSTAS DE AÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE INOVAÇÃO E DE EMPREENDEDORISMO:	43
4.3. PROPOSTAS DA CHAPA PARA A PRESERVAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE REALIZADAS NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:	44
4.3.1. <i>Coordenação do NAI/UFRRJ:</i>	45
4.3.2. <i>Funções dos demais membros da Equipe Permanente do NAI/UFRRJ:</i>	45
4.3.3. <i>Ações desenvolvidas e avaliação:</i>	49

4.3.4. <i>Propostas e ações para o quadriênio 2021-2025:</i>	54
4.4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NÚCLEO PERMANENTE DE GÊNERO E DIVERSIDADE	55
4.5. CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE NA UFRRJ	56
4.5.1. <i>A construção de políticas institucionais na UFRRJ para o atendimento das demandas de ampliação do acesso e da permanência</i>	59
4.6. PROPOSTAS PARA A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NOS CAMPUS:	61
4.6.1. <i>Contextualizando a situação da segurança nos campi da UFRRJ:</i>	61
4.6.2. <i>Principais fatores internos que impactam na necessidade de ações de segurança institucional no campus de Seropédica:</i>	65
4.6.3. <i>Propostas da chapa para a continuidade das ações de melhoria das condições de segurança dos campi da UFRRJ:</i>	66
4.7. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DA UFRRJ PARA PRODUÇÃO, MANUTENÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS VERTEBRADOS VIVOS NÃO HUMANOS EM ATIVIDADES DE ENSINO OU DE PESQUISA OU EXTENSÃO:	67
4.7.1. <i>Iniciativas a curto prazo:</i>	67
4.7.1. <i>Iniciativas a médio prazo:</i>	68
4.8. PROPOSTAS E AÇÕES NO ÂMBITO DO CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES:.....	69
4.8.1. <i>Propostas da PROEXT, PROPPG, PROGRAD:</i>	69
4.8.2. <i>Propostas gerais:</i>	70
4.9. PROPOSTAS PARA PRODUÇÃO INTEGRADA AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DA FAZENDA UNIVERSITÁRIA DA UFRRJ:	70
4.10. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS DA UFRRJ:.....	71
4.10.1. <i>Breve histórico da gestão da manutenção da Infraestrutura na UFRRJ:</i>	71
4.10.2. <i>Proposta para a gestão da manutenção da Infraestrutura:</i>	73
5. IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO POLO DO MAR:.....	75

CARTA PROGRAMA COM AS DIRETRIZES E PROPOSTAS DA CHAPA *UFRRJ*Agente PARA O QUADRIÊNIO DE 2021 A 2025:

1. APRESENTAÇÃO

O Brasil vive um período histórico marcado por ataques contra a educação, a ciência, o meio ambiente, a democracia e os direitos humanos.

As universidades públicas têm desempenhado papel fundamental na resistência contra esses retrocessos e na defesa das conquistas civilizatórias alcançadas pela sociedade brasileira desde o período de redemocratização do país e consagradas na Constituição de 1988.

A atual gestão da UFRRJ, liderada pelo seu Reitor, professor Ricardo Luiz Louro Berbara, enfrentou esse contexto externo extremamente adverso de forma altiva e ativa.

A Rural não se calou nem se omitiu diante dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do capoeirista Moa do Katendê, nem diante da ação policial violenta e arbitrária que acabou induzindo o reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier, a cometer suicídio.

Nossa universidade participou de forma destacada da luta das Instituições Federais de Ensino Superior contra os cortes e contingenciamentos de recursos orçamentários das universidades e do financiamento à pesquisa, que se tornaram rotina após a aprovação do teto de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016.

Denunciamos e rebatemos os inumeráveis ataques ocorridos ao longo dos últimos anos contra a o serviço público, a autonomia universitária, o conhecimento científico, o meio ambiente, reafirmando o respeito à diversidade.

Ao mesmo tempo, a UFRRJ foi desafiada a atender a demandas crescentes geradas tanto pela evolução da sua própria produção acadêmica quanto pela democratização do acesso ao ensino superior público.

A diversificação de áreas de conhecimento trazida pela expansão ampliou imensamente o potencial das realizações da Rural no ensino, na pesquisa e na extensão, mas a plena realização desse potencial demandou avanços na regulamentação e nos mecanismos de apoio institucional à atuação docente e discente.

A incorporação de um corpo discente oriundo das classes trabalhadoras, numa universidade cada vez mais enraizada no contexto excludente da Baixada Fluminense, vem exigindo um constante aperfeiçoamento das políticas de assistência e de ação afirmativa, particularmente numa conjuntura em que a desigualdade e a precarização voltam a se aprofundar no país.

O principal instrumento para o equacionamento dessa difícil contradição entre recursos escassos e demandas crescentes foi o estabelecimento de um ambiente de sinergia, cooperação e diálogo entre as diversas esferas da gestão, o corpo técnico-

administrativo da instituição e a comunidade acadêmica como um todo. Destacamos algumas das ações e iniciativas relevantes que foram viabilizadas na atual gestão:

1.1. Ações acadêmicas de permanência, acessibilidade e inclusão:

- Respeito, valorização e fortalecimento do funcionamento das instâncias colegiadas, desenvolvendo inúmeras políticas transversais que permitiram superar os limites das atribuições de cada pró-reitoria;
- Ampliação expressiva de investimentos em ações acadêmicas e na assistência estudantil, mesmo diante de um cenário hostil, em decorrência da busca continuada por recursos e do aumento na eficácia administrativa e financeira;
- Institucionalização e ampliação das ações de assistência estudantil em consonância com os critérios preconizados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante a aprovação no CONSU do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil da UFRRJ, bem como a criação de três novas modalidades de auxílios: creche, acessibilidade e inclusão digital;
- Efetivação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), dotando-o de estrutura física nos três campi, para atuar em diferentes áreas da acessibilidade, mediante a criação de programas e grupos de trabalho, que passou a atuar em diferentes áreas da acessibilidade
- Criação do Programa de Residência em Iniciação Profissional na área de Gestão Aplicada a Projetos Educacionais e do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica (TCT) para atuação no âmbito da acessibilidade linguística (Libras e Audiodescrição), implementando, ainda, *plugins* de acessibilidade em plataformas digitais.
- Criação de uma comissão permanente para diagnosticar e elaborar propostas de intervenção no âmbito da acessibilidade arquitetônica, que poderão ser levadas adiante após a pandemia.
- Criação de mecanismos institucionais para apuração de denúncias de infrações discentes e o acolhimento de vítimas em situação de violências, mediante a aprovação no CONSU do Código de Conduta Discente e da Política de Acolhimento;
- Execução de serviços de reformas nas infraestruturas de suporte à assistência estudantil, tais como o Restaurante Universitário, os banheiros dos alojamentos e os espaços físicos dos setores administrativos da PROAES;
- Estreitamento do relacionamento das pró-reitorias acadêmicas com as coordenações de cursos, contribuindo para a qualificação das ações de ensino na graduação, na pós-graduação e na extensão;
- Realização de investimentos na compra de equipamentos de laboratório para aulas práticas, com reflexo direto na formação discente em várias áreas.
- Sucesso expressivo nos editais de agências de pesquisa visando à aquisição e manutenção de equipamentos multiusuários fundamentais à pesquisa de ponta;

- Valorização e ampliação da internacionalização da nossa universidade, lançando editais que possibilitaram a estudantes de graduação e de pós-graduação, assim como a docentes, experiências em intercâmbio com pesquisadores e instituições de excelência global;
- Expansão notável das atividades de extensão, articuladas por meio de programas e políticas institucionais, fortalecendo a difusão da nossa produção científica e tecnológica e estreitando relações com diversos segmentos da sociedade;

1.2. Ações na área de gestão de pessoal:

- Criação e implantação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), com repercussão positiva na política de gestão e valorização dos servidores da UFRRJ;
- Criação e funcionamento do Fórum de Técnico-Administrativos da UFRRJ, empoderando e estimulando a participação dos servidores técnico-administrativos na política de gestão de pessoal;
- Modernização e aumento eficiência da gestão de pessoas, mediante a implantação do SIGRH e o mapeamento de servidores e anistiados;
- Valorização dos servidores da UFRRJ por meio da reorientação da política de capacitação e o fortalecimento da CODEP, quadruplicando recursos destinados à capacitação dos técnico-administrativos da UFRRJ;
- Criação do programa de qualificação institucional e do *site* da Progepe no portal eletrônico da UFRRJ;
- Aperfeiçoamento dos critérios de distribuição de Próprios Nacionais Residenciais (casas para servidores docentes e técnicos administrativos) da UFRRJ;
- Conclusão e inauguração do novo prédio da Coordenação de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho (CASST/Progep), com fortalecimento de seus três eixos (promoção, vigilância e perícia em saúde);

1.3. Gestão integrada e modernização institucional:

- Implementação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) em todas as unidades e níveis acadêmicos, no nível médio, na graduação, na extensão e nos programas de pós-graduação.
- Modernização administrativa, que teve como ponto de destaque a implantação crescente dos módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG), agilizando procedimentos, conferindo transparência à tramitação dos processos e melhorando o aproveitamento da qualificação dos servidores técnicos e docentes. Esta modernização possibilitou a tramitação digital de 100% dos memorandos e processos, gerando economia de recursos e aumento da eficiência institucional, além de viabilizar o funcionamento da universidade durante a pandemia.

- Finalização da tramitação do processo aberto junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que resultou na doação de terreno para expansão da área territorial do Campus de Nova Iguaçu dos antigos 44.000 m² para os atuais 111.000 m².
- Implementação de todas as ações necessárias para a regularização fundiária da área territorial do Campus Seropédica visando à retificação e à certificação do Registro Imobiliário da Transcrição nº 8.560, junto ao Cartório do 1º Ofício de Itaguaí.
- Investimentos em infraestrutura computacional e capacitação de pessoal para viabilizar a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
- Melhoria significativa da infraestrutura tecnológica da UFRRJ com a reforma da subestação elétrica do Datacenter; implantação de novos serviços de monitoramento do funcionamento do Datacenter, permitindo acompanhar em tempo real e a qualquer hora oscilações na transmissão de dados; compra de vários equipamentos para ampliar o espaço de armazenamento do Datacenter; obra do novo anel óptico do campus de Seropédica; obtenção de Link redundante (auxiliar) da RNP para a transmissão de dados para a UFRRJ, reduzindo os problemas de interrupção de internet.
- Retomada e conclusão de obras inacabadas, algumas delas há mais de duas décadas, como a da Biblioteca Central, fruto da parceria e gestão articulada entre planejamento, execução financeira e setores acadêmicos e administrativos; e licitação de 33 obras de reforma e construções novas.
- Transformação silenciosa das precárias instalações elétricas mediante a construção e/ou reforma de subestações elétricas;
- Conquista do edital de eficiência energética da Light, que permitiu a troca de 8.415 pontos de Iluminação e 15 aparelhos de ar condicionado, o que vai implicar 185,64 kW de redução de demanda na ponta, totalizando quase R\$ 3 milhões em recursos.
- Modernização dos mobiliários da universidade com a aquisição de vários itens de móveis de escritório para grande parte das unidades administrativas e acadêmicas;
- Modernização de parte dos aparelhos de ar condicionado da instituição com moderno sistema de consumo de energia e menos impactos no meio ambiente.
- Celebração de contrato de manutenção predial, propiciando um avanço significativo na solução de problemas de infraestrutura que vinham se acumulando há muitos anos;
- Implementação de ações para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e pela Comissão Própria de Auto-Avaliação (CPA);
- Apresentação de propostas de regulamentação dos mais variados âmbitos da gestão administrativa e acadêmica aos conselhos superiores, pautados pela impessoalidade e pela transparência;

- Viabilização das condições objetivas de funcionamento administrativo e acadêmico da UFRRJ, de modo virtual, durante a pandemia de COVID-19, mostrando à sociedade o vigor da instituição e a sua importância social frente ao momento de crise sanitária e socioeconômica;
- Ampliação da captação de recursos externos e o aperfeiçoamento estratégico da capacidade de planejamento e de execução orçamentária;
- Participação da UFRRJ na implantação do Polo Tecnológico do Mar, uma iniciativa para a formação de parcerias com instituições públicas e privadas, a fim de proporcionar desenvolvimento socioeconômico da Baía de Sepetiba, Itaguaí e regiões do entorno, destaque no campo da inovação;
- Participação ativa nas reuniões do conselho pleno da Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior (ANDIFES) e dos seus fóruns e colégios assessores.

1.4. Ações durante a pandemia da COVID-19:

- Apoio irrestrito às ações institucionais de solidariedade de unidades acadêmicas a populações de municípios do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19;
- Ações de cuidado e preservação de vidas comunidade universitária, com a pronta suspensão das aulas, instituição do Comitê Covid-19, mantendo o funcionamento institucional por meio do trabalho remoto.
- Adoção de medidas institucionais de apoio aos estudantes residentes nos Alojamentos, no início da pandemia, condicionado ao atendimento dos prazos e critérios informados no Comunicado PROAES nº 05/2020, mediante a concessão de: i) passagem aérea, passagem rodoviária, TaxiGov e transporte institucional para o deslocamento até o domicílio de origem; ii) concessão de Auxílio Financeiro Temporário.
- Implementação dos Estudos Continuados Emergenciais (ECE), após amplo debate nas instâncias acadêmicas e de deliberação colegiada, com foco nos concluintes em 2020 e ingressantes em 2020-1.

Foi com base nesse balanço que a Chapa *Ufrjeagente* se constituiu, buscando combinar a continuidade das conquistas alcançadas ao longo da atual gestão com os ajustes necessários para a obtenção de novos avanços.

A composição da chapa busca combinar a experiência dos quadros participantes das várias áreas de atuação da atual Reitoria com a renovação trazida por lideranças de diversas unidades acadêmicas e setores administrativos.

A partir dos debates realizados por esse coletivo, marcado pela diversidade em relação aos desafios colocados para a UFRRJ no próximo quadriênio, apresentamos à comunidade acadêmica as nossas diretrizes e propostas de atuação.

2. DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

- Compromisso com a defesa da autonomia universitária, concebendo-a como um princípio histórico incontornável e irrenunciável, devendo ser exercida de forma plena, particularmente frente à conjuntura nacional adversa;
- Compromisso com a defesa do Estado democrático de direito, dos direitos humanos, da diversidade, das políticas públicas de ação afirmativa, de proteção ao meio ambiente e de redução das desigualdades sociais;
- Compromisso com a defesa dos investimentos em educação, ciência e tecnologia como promotores do desenvolvimento nacional;
- Compromisso com o exercício de uma gestão democrática e participativa, de qualidade, comprometida com melhores condições de trabalho e estudo, mediante o respeito às decisões dos órgãos de deliberação coletiva da Instituição;
- Fortalecimento da unidade da comunidade acadêmica e estreitamento dos laços com forças políticas e sociais externas em defesa da excelência acadêmica da nossa instituição;
- Compromisso com a garantia da manutenção dos atuais programas e ações de assistência estudantil financiados com os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Programa Bolsa Permanência do MEC, posicionando-se de forma contundente contra qualquer tipo de medida governamental que venha a colocar em risco a sua existência.
- Compromisso com a saúde coletiva da comunidade acadêmica e da sociedade brasileira, com a implementação e o aperfeiçoamento das normas de biossegurança necessárias ao gradual retorno da universidade à atividade presencial apenas e tão somente quando as condições sanitárias o permitirem;
- Compromisso com o fortalecimento do caráter multicampi da UFRRJ, mediante o desenvolvimento de um planejamento integrado com a comunidade acadêmica de cada campus visando atender suas prioridades e especificidades;
- Compromisso com a melhoria das condições de trabalho dos servidores e das condições de estudo oferecidas aos discentes, por meio da otimização de recursos e da definição participativa das prioridades nos investimentos;
- Compromisso com o combate às desigualdades de raça e gênero, assim como aquelas derivadas dos padrões heteronormativos e das barreiras físicas e culturais à plena inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes institucionais;
- Compromisso com o estabelecimento de espaços de debate coletivo para a construção de uma política institucional de segurança, na qual esteja previsto um esforço de capacitação permanente dos servidores da DGV para fazer frente à complexidade das situações existentes em nossa instituição;
- Compromisso com a transparência, com o constante aperfeiçoamento dos mecanismos que permitam pleno acesso da comunidade interna e externa aos dados necessários ao monitoramento e à avaliação das ações administrativas e acadêmicas;

- Compromisso com o uso responsável, impessoal e eficiente dos recursos públicos, em todos os níveis de atuação;
- Compromisso com a continuidade dos processos de institucionalização das atividades acadêmicas e administrativas, a fim de garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, previstos em nossa Constituição Federal;
- Compromisso com a continuidade da implementação dos módulos restantes do Sistema Integrado de Gestão (SIG), de modo a garantir a modernização e a racionalização dos procedimentos administrativos;
- Compromisso com a ampliação da difusão e do impacto do conhecimento produzido pela universidade na sociedade;
- Compromisso com a continuidade e ampliação das políticas institucionais de apoio à internacionalização da universidade.
- Promover a realização de espaços coletivos para a discussão acerca da situação atual e das perspectivas futuras para a Educação à distância (EAD) dos cursos vinculados ao Consórcio Cederj, envolvendo à participação de estudantes, professores, tutores e coordenadores.

3. PROPOSTAS DA CHAPA *UFRRJéAgente* PARA A GESTÃO DE 2021 A 2025

A seguir apresentamos o conjunto de ações para a gestão de cada uma das Pró-Reitorias que compõem as áreas acadêmicas e administrativas da Administração Central.

3.1. Propostas de ações para o fortalecimento das atividades de ensino de graduação (Prograd):

A Chapa *UFRRJéAgente* vê a formação dos estudantes de graduação como um processo dinâmico de articulação do desenvolvimento de competências técnicas, científicas e culturais com valores democráticos e republicanos, comprometidos com a justiça social, o respeito à diversidade, à paz e à preservação do imenso patrimônio ambiental do país.

Ao propormos políticas para a graduação no quadriênio 2021-2025, temos no horizonte uma incessante busca pelo aprimoramento da qualidade do ensino-aprendizagem e da permanência estudantil. No contexto da pandemia da COVID-19, que poderá continuar a impactar a graduação por prazo ainda indefinido, será preciso aprofundar a elaboração de políticas acadêmicas para fazer frente a estes desafios, dando continuidade à participação da coletividade acadêmica.

O conjunto de ações aqui propostas se fundamenta na articulação de alguns princípios: gestão participativa, formação crítica e reflexiva dos graduandos, compromisso com a aprendizagem e a permanência discente.

A implantação do SIGAA na graduação, a gestão participativa da graduação no fórum de Coordenações de Curso e das Licenciaturas, bem como o ajuste da Política

de Formação de Professores à Resolução do Conselho Nacional de Educação de 2015 foram ações da atual gestão da Prograd. Houve um esforço de discussão com vistas à conclusão do regimento da graduação que está em vias finalização. Houve também uma otimização dos processos da Prograd com a implantação do SIGAA e melhoria da integração das ações dos Núcleos de Apoio à Graduação (NAGRAD) nos *campi* Nova Iguaçu e Três Rios. A Prograd participou da elaboração e garantiu a operacionalização do período extraordinário, com foco prioritário em concluintes e ingressantes durante a pandemia da COVID 19.

3.1.1. Fortalecimento do ensino-aprendizagem

- Considerando o alongamento da pandemia, a sua evolução e as orientações sanitárias do Comitê COVID-19, discutir junto aos espaços de deliberação coletiva (colegiados de curso, conselhos departamentais, conselhos de unidade e Fórum de Coordenações de Curso) a implementação de propostas de funcionamento dos cursos na sua diversidade e estratégias curriculares, para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem para os próximos períodos letivos.
- Ampliar as ações capacitação dos professores da UFRRJ em articulação com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), buscando atender às suas demandas tecnológicas para o ensino, incentivando, divulgando, compartilhando e construindo práticas didático-pedagógicas dos colegas da UFRRJ, mediante a realização de cursos de formação e de eventos temáticos.
- Incentivar os docentes da UFRRJ, por meio de lançamento de editais para apoio de projetos que contenham propostas pedagógicas inovadoras de ensino-aprendizagem.
- Propor um plano de integração dos cursos de Licenciaturas da UFRRJ com a educação básica, buscando fortalecer a interação com a educação básica de municípios próximos aos campi de Nova Iguaçu e de Seropédica, fundamentada em projetos interinstitucionais elaborados em parceria com as escolas.
- Em articulação com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, fortalecer academicamente os alunos de graduação via atuação dos alunos de pós-graduação em seus estágios docentes.
- Institucionalizar a curricularização da extensão nos cursos de graduação, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão, cuja política em fase final de elaboração na atual gestão;
- Institucionalizar a avaliação discente das disciplinas tendo em vista o seu papel no aprimoramento da graduação.
- Estimular a integração entre os cursos presenciais e a distância de Administração e Turismo da UFRRJ pela participação em disciplinas, em ações acadêmicas integradas presenciais e *on line*, com encontros temáticos, semanas acadêmicas de curso e participação das Coordenações de Curso nos fóruns da graduação.
- Incentivar a participação de graduandos em programas de mobilidade nacional e internacional, em parceria com a Coordenadoria de Relações

Interinstitucionais e Internacionais (Corin), fortalecendo as ações que já estão em andamento.

3.1.2. Gestão participativa na graduação

- Dar continuidade à elaboração de políticas acadêmicas da graduação de modo participativo no Fórum de Coordenações de Curso, Fórum das Licenciaturas e fórum de Chefias de Departamento (a ser criado), envolvendo todas estas instâncias na elaboração de políticas acadêmicas.
- Trabalhar de modo integrado e em equipe com os técnico-administrativos dos diferentes setores da Prograd.

3.1.3. Condições de funcionamento da graduação

- Concluir o Regulamento da Graduação de forma participativa no curto prazo e encaminhar ao CEPE para aprovação;
- Fortalecer os Núcleos de Apoio à Graduação (NAGRAD) do Campus Nova Iguaçu e de Três Rios com vistas à sua maior autonomia, considerando suas condições de funcionamento;
- Em articulação com a Pró-Reitoria de Planejamento e a Reitoria, contribuir para a estruturação de um programa institucional de ampliação e melhorias das condições de infraestrutura das salas de aula;
- Institucionalizar a gestão democrática de espaços didático-pedagógicos da Universidade com a participação de diretores de Instituto, mediante a constituição de uma comissão permanente para esta finalidade;
- Elaborar um programa de formação continuada para novos coordenadores e chefes de departamentos, mediante o oferecimento de oficinas e atividades de capacitação para auxiliá-los no exercício de suas atribuições.
- Elaborar uma proposta de ampliação do número de funcionários técnico-administrativos para atender com qualidade às atuais e novas demandas da PROGRAD, considerando a disponibilidade de vagas existentes na Instituição;
- Estimular e articular a participação dos cursos de graduação no Programa de Educação Tutorial (PET) do MEC, PIBID, PIBIC, BIEXT, Residência Pedagógica e outros, em editais nacionais e internacionais, dando continuidade às ações em andamento;
- Trabalhar em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (Proext) pela criação e manutenção de programas que viabilizem o aprendizado de idiomas, essenciais para a formação acadêmica de qualidade;
- Reformular e fortalecer a política de estágios obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de graduação, mediante a discussão com os diferentes atores institucionais vinculados a esta temática;
- Elaborar mecanismos avaliativos de programas institucionais – PIBID, PARFOR, PET, Residência Pedagógica e outros para analisar os impactos no processo formativo dos alunos que deles participam;

- Dar continuidade e fortalecer o programa de acompanhamento dos egressos da UFRRJ como contribuição para a atualização, dinamização dos cursos de graduação e valorização da contribuição social da UFRRJ.
- Trabalhar com a Biblioteca Central e a Pró-Reitoria de Planejamento para ampliar a aquisição de publicações em formato digital para as bibliotecas da UFRRJ.
- Participar e contribuir com fóruns regionais e nacionais de integração da graduação como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD) e o Colégio de Pró-Reitores de Graduação da Andifes (COGRAD);
- Manter e fortalecer a política de comunicação e divulgação da PROGRAD e de interlocução com a comunidade acadêmica, garantindo a transparência de suas ações;
- Promover ajustes e melhorias no funcionamento do SIGAA em articulação com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC/Propladi), atendendo, inclusive, à demanda do regime de alternância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC);
- Atuar, em parceria com a COTIC e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CODEP), com vistas à promoção de ações de capacitação aos docentes e discentes para o uso das ferramentas digitais disponíveis no SIGAA;
- Estruturar um planejamento anual integrado com departamentos, institutos e a Pró-Reitoria de Planejamento para aquisições de equipamentos e materiais para aulas práticas.

3.1.4. Combate à retenção e evasão nos cursos de graduação

- Construir uma política de acesso aos dados dos cursos de graduação para o acompanhamento e monitoramento dos indicadores de desempenho acadêmico dos discentes para subsidiar a implementação de ações visando à redução dos índices de evasão e retenção.
- Criar mecanismos sistemáticos para analisar dados de perfil socioeconômico dos ingressantes, de evasão dos cursos e de integralização dos créditos, a fim de subsidiar a construção de políticas acadêmicas para o aprimoramento dos cursos de graduação, com reflexos positivos sobre a retenção e a evasão;
- Identificar precocemente discentes com risco de interrupção do fluxo no curso de graduação, implementando um programa de acompanhamento e orientação discente, elaborado com a participação das Coordenações de Curso.
- Elaborar um plano integrado de apoio pedagógico aos discentes, reestruturando as monitorias e implementando programas de tutoria, de modo articulado com os departamentos.
- Elaborar um Programa de Tutoria de Apoio Pedagógico para alunos no ciclo básico dos Cursos, visando complementar a sua formação em áreas como Matemática, Física, Química, leitura, compreensão e produção de textos;

3.1.5. Inclusão e acessibilidade

- Interagir com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ com vistas a auxiliar a implementação de políticas que favoreçam o acesso, a permanência e a participação efetiva de estudantes que sejam pessoas com deficiência (PCD) nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Articular, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) e Proext, ações culturais e acadêmicas de desenvolvimento de estudantes cotistas.

3.2. Propostas para a pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação (Proppg):

Nesta seção resumimos os principais pontos da proposta da *Chapa UFRRJéAgente* para consolidação e avanço dos programas e ações de pesquisa e pós-graduação, que vem sendo implementados em nossa instituição pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG). Destacamos como metas atuais e que serão fortalecidas:

- (i) Suporte aos programas de pós-graduação – PPGs (stricto e lato sensu) na UFRRJ, para maior eficiência e resiliência diante de mudanças nas estruturas de financiamento à pesquisa e à pós-graduação que vem sendo implantadas no país;
- (ii) Diagnóstico e indução de ações de pesquisa e pós-graduação nos diversos níveis da UFRRJ;
- (iii) Implementação e oficialização de laboratórios e grupos de pesquisa, emergentes e estabelecidos, a fim de dar autonomia na captação de recursos junto às agências de fomento e outros setores;
- (iv) Ações afirmativas para inclusão de discentes e apoio à permanência nos PPGs;
- (v) Avançar na priorização da pesquisa também na graduação, através dos programas de iniciação científica e tecnológica; e
- (vi) Manutenção e fortalecimento do comitê gestor constituído pelas pró-reitorias acadêmicas (PROPPG-PROGRAD-PROEXT) para aplicação de recursos destinados à UFRRJ vinculados a Lei Orçamentária Anual (LOA - Ação 20GK), a fim de assegurar a integração entre planejamento e execução nas dimensões financeira e acadêmica.

Cabe ressaltar que importante meta da atual gestão da PROPPG já foi alcançada, em setembro de 2020, com a aprovação no CONSU do **Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação**. Neste documento são definidas as atribuições e competências das Coordenações e dos diversos órgãos consultivos e unidades vinculadas à PROPPG.

Outros documentos, em maior detalhe, com proposições e relato da gestão atual, podem ser consultados no link da chapa. Destaque para as **respostas à carta de setembro de 2016**, entregue aos membros das chapas concorrentes para a administração da UFRRJ, no período de março de 2017 a fevereiro de 2021, sobre problemas e formas de superação adotadas.

3.2.1. Ações relacionadas aos discentes de pós-graduação e graduação:

- Divulgação ampla e fortalecimento de projetos de saúde mental e bem estar entre os estudantes de pós-graduação.
- Implementar a política de ação afirmativa, que abrange formas de acesso e de estímulo à permanência, regulamentação do alojamento da pós-graduação e institucionalização do Fórum de Representantes Discentes da Pós-Graduação.
- Continuidade no processo de valorização dos encontros acadêmicos de iniciação científica (RAIC e SEMEX), em todos os campi da UFRRJ, e dos programas de iniciação científica e tecnológica (PIBIC, PIBIC-AF, PIBIC-EM e PIBITI), com manutenção e mesmo ampliação de bolsas de contrapartida.
- Consolidação de política de apoio institucional à participação e organização de eventos, por meio de editais públicos para discentes da UFRRJ.

3.2.2. Ações relacionadas aos programas de pós-graduação (PPGs):

- Continuidade do acompanhamento das propostas de cursos novos e elaboração de relatórios anuais à CAPES (Plataforma Sucupira) para consolidação dos programas existentes.
- Fomentar a criação de programas em áreas estratégicas nas quais a UFRRJ ainda não possua pós-graduação e que possuam quadro docente habilitado.
- Capacitação e atualização das normas institucionais, para preparar os PPGs para a nova metodologia de avaliação multidimensional da CAPES (planejamento estratégico, autoavaliação, ampliação da internacionalização, acompanhamento de egressos etc.).
- Desenvolvimento de sistema de gestão de indicadores acadêmicos para instrumentalizar as coordenações no gerenciamento estratégico dos programas, articulado ao PDI da UFRRJ e envolvendo a integração de diversas bases de dados e ferramentas de análise,
- Avaliação interna criteriosa dos PPGs, visando o seu fortalecimento e ou junção para alcançar maior qualificação junto à CAPES.
- Prosseguir com ampla divulgação de experiências de sucesso em outros PPGs e suporte à interação com consultores de áreas de conhecimento da CAPES em seminários e eventos diversos, bem como nas reuniões na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, com assuntos de interesse coletivo.
- Elaboração de normas e orientações relativas à execução dos recursos gerenciados pelos programas de pós-graduação (PROAP, recursos próprios e PQI), visando eliminar dúvidas e fortalecer a autonomia na sua aplicação.
- Expandir ações para difundir disciplinas e projetos de colaboração interinstitucionais, em temas de interesse global.

3.2.3. Ações relacionadas aos docentes em PPGs e à orientação científica nas várias modalidades:

- Regulamentação, construída conjuntamente com CPPD e PROGEP e submetida à apreciação do CEPE, do Plano Individual do Docente e da instrução dos processos de progressão funcional via SIGAA, contemplando, em ambos os casos, o ensino na pós-graduação, assim como a orientação de discentes de graduação em IC, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos na carga horária dos docentes.
- Prosseguir com a política de apoio à publicação das pesquisas originadas dos PPGs, através de restituição de custos de tradução e demais taxas.
- Apoio as iniciativas de divulgação científica de pesquisas da UFRRJ.

3.2.4. Ações relacionadas à pesquisa e inovação:

- Preparar diagnóstico amplo das ações de pesquisa e atuar como indutor em todos os níveis na UFRRJ. Propor política de suporte e incentivo aos novos grupos de pesquisa e criar estruturas de colaboração fortes e capazes de aumentar a aprovação da UFRRJ nos projetos submetidos à FAPERJ, CNPq, FINEP, CAPES e setores privados.
- Ampliar o envolvimento de pesquisadores (servidores docentes e técnicos-administrativos) dos diversos *campi* na elaboração dos projetos institucionais.
- Prosseguir a política de regulamentação e valorização de laboratórios multiusuários e identificação de grupos de pesquisa emergentes, com vistas a priorizar suporte financeiro e atender os editais de diversas agências de fomento. Aprovar as normas institucionais referentes a grupos de pesquisa e aos instrumentos institucionais de fomento à pesquisa.
- Prosseguir com a regulamentação de procedimentos, em conjunto com a PROAF, para permitir aos coordenadores de laboratórios multiusuários e demais infraestruturas de interesse institucional recursos para o atendimento ágil a necessidades financeiras de pequena monta para à manutenção dos laboratórios.
- Concluir a implantação do projeto Sistema Analítico de Centros de Documentação, que irá proporcionar infraestrutura computacional estável, segura e com capacidade de armazenamento expandida, para funcionamento de repositórios institucionais, portal de periódicos e outras plataformas relevantes ao desenvolvimento de ambientes virtuais de pesquisa.
- Desenvolvimento de política institucional de investimento continuado em aquisição, desenvolvimento e capacitação em tecnologia digital aplicada à atividade acadêmica.
- Ampliação do cadastro de laboratórios (no SIGAA), conforme regulamento recém aprovado no CEPE, para a previsão nas futuras revisões do PDI de recursos humanos, manutenção, insumos, normas de segurança e demais

compromissos institucionais. Elaboração de contratos de fornecimento regular para manutenção de equipamentos e instalações, assim como a aquisição de insumos atendendo às especificidades dos diversos tipos de laboratórios.

- Ações para o fortalecimento das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), junto aos respectivos Institutos, com base na Política institucional da UFRRJ para produção, manutenção ou utilização de animais vertebrados vivos não humanos em atividades de ensino ou de pesquisa ou extensão, aprovada no CEPE em 2020.

3.2.5. Ações relacionadas ao ensino em novas modalidades:

- A experiência atual em função da pandemia COVID-19, que levou a estratégias de ensino remoto na graduação e na pós-graduação, também desperta a UFRRJ para as possibilidades de Ensino a Distância (EAD) na pós-graduação stricto e latu sensu. Logo, serão propostas e debatidas normas que viabilizem e regulamentem iniciativas inovadoras nesse sentido.
- Da mesma forma, é importante estimular e regulamentar a inclusão de disciplinas ofertadas na forma de ensino remoto (parcial ou integral) na grade curricular de PPGs de modalidade presencial.
- Igualmente, é fundamental estimular ações entre PPGs de várias unidades de ensino, criando estruturas colaborativas interinstitucionais, para além das ações hoje promovidas pela CAPES, como MINTER e DINTER.

3.2.6. Setores vinculados à PROPPG:

a) Sistema de bibliotecas

- Efetivação do sistema de bibliotecas, com funcionamento integrado e complementar entre Biblioteca Central e bibliotecas setoriais dos diferentes *campi* e unidades, com base em normas elaboradas de forma participativa e aprovadas pelos colegiados superiores da universidade. Integração entre PPGs e a biblioteca no planejamento da aquisição de títulos em meio físico e eletrônico.
- Consolidação do ambiente das bibliotecas como espaço interdisciplinar de difusão de tecnologias relacionadas à ciência da informação integrada a à formação dos discentes e atualização dos docentes.
- Consolidação do Repositório Institucional de Múltiplos Acervos, um canal institucional de disponibilização das versões digitais da produção acadêmica da UFRRJ (Ensino, Pesquisa e Extensão) e respectivos metadados.
- Pleito para que acervos digitais e licenças de software trazidos por projetos individuais ou de cursos sejam atendidos em laboratórios nos PPG. Suporte à digitalização de acervos existentes e inclusão em repositórios de acesso aberto. Fortalecimento dos acervos e melhoria de infraestrutura na Biblioteca Central e setoriais.

- Consolidação da nova versão do Portal de Periódicos Costa Lima, sob gestão da Biblioteca Central, com funcionamento amparado em regimento a ser aprovado pelo CEPE.
- Elaboração e aprovação das políticas institucionais de acesso aberto e ciência aberta.

b) Editora universitária (EDUR):

- Consolidação da EDUR como casa editorial de livros eletrônicos de alta qualidade, selecionados a partir de editais, com catálogo representativo das diversas áreas de conhecimento da UFRRJ.
- Regulamentação e suporte de periódicos científicos, priorizando os de maior relevância para os PPGs e os inseridos na estrutura da EDUR, para aumentar a qualificação e, desta forma, melhorar a indexação.
- Apoio para registro de ISBN nas obras individuais ou coletivas geradas a partir de projetos de docentes da UFRRJ, ouvido o conselho editorial da EDUR.

c) Centro de Estudos Avançados (CEA)

- Concluir o processo de consolidação do Centro de Estudos Avançados, constituindo conselho representativo para planejamento de ações nos próximos anos que contemplem todas as áreas de conhecimento da UFRRJ.
- Ofertar espaço de debate e promover articulações entre pesquisadores em projetos multidisciplinares voltados para respostas às crises que afetam os biomas brasileiros, de forma a planejar missões e orientar estratégias locais de recuperação, com vistas à proposição de ações de intervenção positiva no ambiente.
- Articular e dar visibilidade a projetos de pesquisa transdisciplinares, que desafiem as fronteiras do conhecimento.

d) Jardim Botânico da UFRRJ (JB/UFRRJ)

- Prosseguir com ações para garantir a atuação desse setor em consonância com sua missão original, designada pelas diretrizes da Resolução CONANA Nº339, de 25 de setembro de 2003, incentivando o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a investigação científica das coleções do JB/UFRRJ, assim como estudos e cultivos que apresentem finalidade de conservação de flora rara e ameaçada.
- Garantir a articulação da pesquisa com a educação ambiental, através de suporte a trabalhos para difusão do valor multicultural das plantas e produção de materiais educacionais e informativos.

e) Interação com outros setores da gestão da UFRRJ e atuação externa

- Interagir com outras pró-reitorias e assessorias para priorizar a inovação tecnológica, a avaliação e o suporte de pesquisas nos PPGs com potencial

para o desenvolvimento de patentes, bem como a mineração de grupos de pesquisa com potencial para inovação e desenvolvimento tecnológico na instituição.

- Contribuir com outras pró-reitorias e assessorias em ações que promovam: i) a internacionalização dos PPGs e da UFRRJ; ii) apoio pedagógico e reconhecimento formal da atividade de apoio à docência do discente de pós-graduação pela PROGRAD, bem como a identificação ordenada de demandas dos cursos de graduação da UFRRJ, para realização do estágio à docência; iii) apoio aos discentes de PG, na forma de cursos de extensão para aperfeiçoamento em idiomas, em ambiente virtual, assim contribuindo com os PPGs e com a formação dos discentes.
- Participação em comissões e eventos que promovam interação com outros setores, públicos e privados, na busca de maior inserção da UFRRJ nestes setores e na consolidação de polos tecnológicos, a exemplo do Polo do Mar.
- Manutenção de presença ativa da UFRRJ nos fóruns de pró-reitores, e no diálogo com as mais variadas agências de fomento e sociedade científicas, participando de todos os movimentos em defesa dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. De forma mais ampla, participar em ações pela defesa do conhecimento científico e de sua contribuição para a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento regional, a elevação da qualidade de vida, a procura pela saúde única e a preservação do futuro da humanidade e do planeta.

3.3. Diretrizes e estratégias para gestão da pró-reitoria de extensão (Proext):

3.3.1. Políticas:

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) é responsável pela formulação, coordenação e cumprimento das políticas de extensão e cultura em todas as áreas de conhecimento e níveis de ensino. É a unidade responsável por articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, a fim de viabilizar trocas educativas, culturais e científicas com a Sociedade.

Nos últimos quatro anos a PROEXT passou por processo de institucionalização, que normatizou sua estrutura e permitiu maior celeridade em seus processos, organizar seus setores e estabelecer programas estratégicos e iniciativas inovadoras. Assim, o número de bolsas passou de 30 (em 2017) para 385 bolsas (em 2020), com cinco programas em processo de consolidação: i) Direitos Humanos, ii) Sustentabilidade, iii) Pré-Enem, iv) Programa de Residência em Iniciação Profissional e Apoio Técnico Acadêmico, e v) Fortalecimento da Agricultura Familiar, além para 50 o número de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Biext).

A nova gestão terá como compromisso manter essa política de bolsas voltadas para ações de relevância social e gestão de planejamento educacional, pautadas em editais e programas temáticos que buscam incentivar e fortalecer a extensão universitária no seu papel formativo e social, valorizando as potencialidades extensionistas de nossa Universidade. Criar o Biext Ensino Médio para alunos do

CTUR, promovendo a integração entre o nível superior e o ensino médio, também é uma de nossas ambições.

Com a proposta de elaborar o Plano de Extensão institucional em 2021, os eixos prioritários de nossa universidade no âmbito da extensão serão fortalecidos por essa política, bem como com a criação de novos Programas, sobretudo a partir do processo de curricularização da extensão, previsto para 2021 e com ações estruturantes já em curso entre a PROGRAD, PROEXT e PROPLADI. Pretendemos continuar com a articulação entre pró-reitorias acadêmicas, a Política de Melhoramento das Capacidades Extensionistas, bem como a estruturação de uma Política de Arte e Cultura.

Devemos também ressaltar a importância do estabelecimento de resoluções e deliberações que promoveram a celeridade da certificação das ações e, junto a isto, a construção de plataformas Ecert e CED específicas para tal. Neste âmbito, como proposta, asseguramos que a Câmara de Extensão, bem como as Comissões de Extensão das Unidades, continuará o processo de consolidação de registros e manutenção da qualidade de nossos trâmites de Programas e Projetos e dinamização das plataformas digitais de certificação e do SIGAA. Sabemos das dificuldades históricas de certificar ações de curta duração em nossa universidade. Tais problemas foram solucionados nos últimos anos, através das plataformas citadas. Nossa meta é promover a articulação deste fluxo com nossas plataformas e também com o SIGAA.

Destacamos que durante de suspensão das aulas com Pandemia da Covid 19, a Proext envidou esforços na implementação de atividades acadêmicas por meio da Central Extensionista de Dados (CED), criada emergencialmente, mas que tem sido vista como ferramenta para mobilização em tempos extraordinários. O número de registro em mostras, mesas redondas e conferências/palestras alcançaram 876 ações aprovadas, tendo um total de 446 proponentes, certificando até o presente 22.299 participantes (de abril/2020 a outubro/2020).

3.3.2. Melhoramento das capacidades extensionistas e fortalecimento das comissões de Instituto:

O estabelecimento das Comissões de Extensão para os Institutos (Deliberação CEPE Nº 91, de 11/09/2019) foi também um importante passo na gestão 2017-2020, uma vez que a PROEXT compartilhou com os Institutos o protagonismo sobre política extensionista da UFRRJ. As recém-criadas Comissões de Extensão visam promover espaço de diálogo interinstitutos sobre as ações extensionistas. Isso deve ser enraizado nos próximos anos em nossa cultura institucional.

Fortalecer as Comissões de Extensão é um compromisso do qual não desejamos nos afastar, pois elas serão essenciais na continuidade do desenvolvimento da extensão universitária em articulação com atividades de ensino e pesquisa das unidades institucionais, sobretudo na integração metodológica para a curricularização da extensão nos diferentes cursos de graduação.

Desde 2018, a PROEXT assumiu como posição estratégica o lançamento de editais para a criação de uma política indutora da participação extensionista para nossos alunos, docentes e servidores técnicos. Pretendemos continuar a política de criação das oportunidades, lançando mais editais para bolsas e outras ações, sempre

de forma transparente, algo de grande importância para a organização e visibilidade do que foi financiado pela UFRRJ através da PROEXT, nos últimos anos.

Ampliar o número de acordos de pactuação externa deve ser uma meta para o próximo quadriênio. Uma ação da PROEXT de grande destaque foi o estabelecimento da Portaria nº 1041/2019, que regulamentou os Instrumentos Jurídicos de Pactuação que envolverem repasse de recursos financeiros e a Fundação de Apoio da UFRRJ (FAPUR), bem como os Contratos de Serviços Técnicos para terceiros, realizados pelo corpo técnico científico da UFRRJ que englobam projetos de ensino, pesquisa e extensão. Ao interagir com outras instituições públicas e privadas, bem como com pessoas físicas, com vistas à celebração de acordos, convênios, termos e contratos, e outros instrumentos jurídicos congêneres que envolvam repasse de recursos financeiros e a Fundação de Apoio, a PROEXT deve continuar consolidando a função social da Universidade via FAPUR.

Uma meta de aperfeiçoamento do descrito acima, e que ainda falta construir na política de programas e projetos de extensão da UFRRJ, em todos os âmbitos de atuação da PROEXT é a criação de metodologias de acompanhamento estratégico avaliativo, mediante a construção de um banco de experts em extensão para difusão e solidificação de saberes extensionistas e promoção das ações. Este é um grande desafio que juntos enfrentaremos nos próximos anos.

3.3.3. Articulação entre Pró-Reitorias Acadêmicas:

Pretendemos organizar um conjunto de comissões, em articulação com representantes das três câmaras das pró-reitorias acadêmicas, para identificar áreas prioritárias extensionistas na UFRRJ e programas para sua consolidação. Pretendemos com essa articulação:

- Implantar a curricularização da extensão junto com a PROGRAD;
- Envidar esforços para fomentar a extensão tecnológica;
- Continuar a política de criação de oportunidades de horas equivalentes a estágios obrigatórios e não obrigatórios em projetos de extensão, que articulem estudantes de graduação e pós-graduação;
- Consolidar assessorias, consultorias e serviços extensionistas no âmbito da Ciência e Tecnologia em conjunto com as Empresas Júnior da UFRRJ, estimulando a criação de marcos institucionais para este fim com programas e projetos;
- Dar continuidade a uma política de publicações da PROEXT, promovendo a divulgação das atividades de extensão da Universidade;
- Estabelecer compromisso junto às demais pró-reitorias acadêmicas para divulgação científica e comunicação do conhecimento produzido na UFRRJ à comunidade, através da SNCT, como evento previsto no calendário da Universidade, com base no conceito de portas aberta à comunidade, sobretudo, a escolar.

3.3.4. Escola de Extensão (EExt):

A recém-fundada Escola de Extensão deve ampliar a sua abrangência na próxima gestão. Ela foi criada através da Deliberação CEPE nº 90, de 11 de setembro de 2019, com o objetivo principal de estimular o oferecimento de cursos de extensão, os quais compreendem atividades de ensino acadêmico, técnico, cultural ou artístico.

Os cursos da EExt, dirigidos à comunidade, visam ter caráter de aprofundamento em torno de seu objeto mediante a troca de saberes dentro e fora da Universidade, uma vez que no mínimo 50% das vagas devem ser abertas ao público externo. Além disso, servem de espaço de estágios e exercício da docência de estudantes de graduação e pós.

A EExt facilita a oferta de saberes por parte de nossos docentes e técnicos, muitas vezes com envolvimento discente, à comunidade externa e a entidades parceiras. Por outro lado, supera a falta de gestão histórica dos cursos de extensão da UFRRJ, nas mais variadas áreas, com uma organização dos fluxos de submissão, registro e certificação. Fortalecer a EExt é um projeto da chapa para a futura gestão 2021/2025, sobretudo na adaptação de suas atividades presenciais, uma vez que até hoje a EExt só realizou cursos online, uma vez que foi inaugurada em período pandêmico.

3.3.5. Estruturação de política de arte e cultura:

O CAC é centro de referência de oficinas de artes em nossa região, oferecendo atividades à comunidade de Seropédica nas mais variadas áreas artísticas: manuais, visuais, musicais, circenses, corporais e literárias. Atualmente são desenvolvidas 35 oficinas como artes plásticas, artesanato, ballet, capoeira, costura, dança, desenho, escultura, pintura dentre outras. Em 2017, buscando ocupar outros espaços para além da universidade, o CAC iniciou um percurso na produção cultural levando apresentações artísticas para as ruas e praças, como a realização da Mostra Cultural, um evento semestral que busca convidar e abraçar a comunidade de Seropédica e adjacências, cumprindo com o papel imprescindível de fortalecimento dos laços entre a comunidade externa e a UFRRJ.

A Escola Popular de Artes é um programa criado em 2019 pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ, a fim de fomentar atividades artísticas e culturais de modo gratuito e aberto à comunidade no **Campus Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar)** da UFRRJ. Essas atividades são desenvolvidas por alunos da UFRRJ e do ensino médio selecionados pelo edital 25/2019 da Proext.

Contamos também com a atuação do Núcleo de Produção Cultural 'Seu Gusta' na promoção de ações de extensão ligadas às artes audiovisuais (projetos CineCasulo, CineCasulinho, CineCasulo.doc, CineCasuloIM), na produção de eventos culturais de artes cênicas (teatro, mostras) e música, realizados em parceria com professores de nossa Instituição, e em ações de formação cultural aos bolsistas e voluntários do Departamento de Arte e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão. Houve expansão das atividades nos últimos anos, passando de 4.340 pessoas atendidas nas diferentes atividades em 2017 para mais de 11.000 em 2018. Uma ação importante a ressaltar foi a criação do **Passaporte Cultural**, que possibilitou e garantiu a participação dos discentes em eventos culturais contabilizando em horas de Atividades Complementares para os Cursos de Graduação. A cada participação em

atividades culturais do Departamento de Arte e Cultura/PROEXT, o passaporte é carimbado e revertido em horas complementares.

Estabeleceremos parcerias com cursos de graduação visando à instituição de um canal de comunicação (vídeo, podcasts, músicas) que estreite o vínculo entre a Universidade e os municípios nos quais seus *campi* estão localizados, de forma que sejamos um espaço para expressão tanto artística como científica.

Pretendemos estimular docentes e discentes de cursos das áreas ligadas às artes, para formulação de uma política relativa a este campo junto à Pró-Reitoria de Extensão, com intuito de ampliar, incrementar e promover a interface entre os *campi* da UFRRJ na Baixada Fluminense, o Centro de Arte e Cultura (CAC) e a Escola Popular de Arte através do processo de curricularização da extensão.

Igualmente, estimularemos a implantação e ampliação de oficinas de artes nos *campi* de Três Rios e Nova Iguaçu.

3.3.6. Preservação e valorização do Patrimônio Material e Imaterial da UFRRJ:

No campo da Preservação do Patrimônio da UFRRJ foi aprovado pelo CONSU recentemente a criação do **Núcleo de Articulação de Acervo e Coleções (NAAC/PROEXT)**. O NAAC é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e tem por finalidade contribuir para divulgação extensionista dos espaços de acervos e coleções institucionais. Incluem-se nos Acervos e Coleções: coleções de acervos históricos; coleções vivas e científicas; centros documentação; áreas protegidas tombadas da UFRRJ, abertas à visitação pública.

O fortalecimento do NAAC é uma ação que deve ser consolidada com o apoio da próxima gestão, convidando ainda o corpo docente e discente de cursos de Graduação e Pós-Graduação de áreas correlacionadas aos acervos para a formulação de uma política de preservação, junto à Pró-Reitoria de Extensão, tanto de bens imóveis e móveis, como de bens imateriais que façam parte da UFRRJ. Além disso, no quadro da política de recuperação do patrimônio histórico institucional, a PROEXT vem apoiando o Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos (LABDOC). A próxima gestão seguirá provendo o desenvolvimento deste trabalho, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e com o NAAC, buscando fomento de agências externas e também lançando editais internos.

Um desafio institucional de toda a próxima gestão será promover o retorno do painel da artista portuguesa Vieira da Silva (1908-1992), com total salvaguarda do patrimônio móvel, na sala dos estudantes situada no *campus* Seropédica, em parceria com a Reitoria.

3.3.7. Planejamento estratégico de esportes e lazer:

As políticas de apoio ao esporte e lazer da UFRRJ se destacaram nesta gestão pela moralização dos processos de fomento e institucionalização das ações. Foram aproximadamente 280 bolsas pagas incentivando a prática extensionista do esporte e financiando a participação de nossos atletas em eventos em todo o território nacional, tudo formalizado por meio de editais garantindo a licitude do processo. As ações extensionistas desenvolvidas no Departamento de Esporte e Lazer (DEL/PROEXT)

foram institucionalizadas e normatizadas, gerando assim maior controle, confiabilidade e segurança para todos, inclusive usuários. Reformas importantes foram feitas na estrutura da Praça de Esportes.

O Departamento de Esporte e Lazer (DEL) participou em 2019 do Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC), promovido pela Secretaria de Esportes/Ministério da Cidadania, em parceria com a Prefeitura de Seropédica, oferecendo diversas oficinas esportivas no *campus* da UFRRJ, em Seropédica. As atividades fazem parte do Programa Esporte e Lazer. Ao todo, foram dez modalidades (infantil e adulto): hidroginástica, natação, atletismo, jiu-jitsu, ginástica artística, saltos ornamentais, taekwondo e judô.

Para o futuro, nessa área vislumbramos as seguintes ações: 1) o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do DEL e do novo Regimento Interno; 2) a ampliação do número de ações extensionistas pela implantação de um programa mais amplo, que permita a contratação de apoio técnico para supervisão dessas atividades; 3) uma maior integração entre as ações administrativas e técnicas no DEL, por meio da composição de uma chefia tecnicamente capacitada; 4) a captação de novos recursos para reformas e melhorias na Praça de Esportes, como a troca dos azulejos das piscinas do Parque Aquático, a reforma da pista de atletismo, reforma estrutural do ginásio I, iluminação e reforma das quadras externas de tênis e o sistema de refrigeração do ginásio II; 5) a continuidade das ações remotas por meio dos canais virtuais de Esportes UFRRJ; 6) a transformação da Praça de Esportes da UFRRJ em um espaço de referência para realização de eventos esportivos universitários; 7) a construção de parcerias público-público e público-privadas para captação de recursos para desenvolvimento de novas ações extensionistas; 8) implementar ações contínuas de esporte e lazer, por meio de projetos e programas de extensão, em outros campi da UFRRJ.

3.4. Gestão integrada de ações acadêmicas virtuais:

Durante o ano de 2020 enfrentamos um cenário imprevisível, que até bem pouco tempo era inimaginável. No contexto do funcionamento das instituições de ensino e da circularidade do conhecimento, as formas de interação virtuais foram postas em prática de modo emergencial. De um dia para o outro, nos vimos em um contexto de afastamento social em diversos níveis. Para assegurar a manutenção de seu funcionamento, a UFRRJ, através de esforços coletivos, contornou várias dificuldades utilizando novas estratégias de trabalho, tanto no início da pandemia do COVID 19 como ao longo dos meses seguintes. Isso pode ser observado não só na construção coletiva dos Estudos Continuados Emergenciais (ECE), mas também na realização de atividades de pesquisa e extensão.

Essa nova realidade não pode ser ignorada em uma próxima gestão. É impossível desconsiderar os prognósticos que apontam para o fato de que, em 2021, não sairemos imediatamente deste contexto. Além disso, a experiência de países que atuaram com responsabilidade frente à pandemia nos mostra que idas e vindas (abertura e fechamento) são inevitáveis. A incerteza é enorme. A gestão que se iniciará deve refletir sobre a dificuldade ou mesmo impossibilidade de retomarmos às formas tradicionais de interação, bem como avaliar as metodologias de realização do trabalho acadêmico. É de imensa relevância que a UFRRJ incorpore, para seu trabalho no futuro próximo, a capacidade de lidar com a imprevisibilidade ocasionada

pelos fenômenos de 2020, além de fomentar e elaborar espaços e projetos acadêmicos que fortaleçam nossas condições de interação virtual.

Para tal é essencial estratégia de gestão que promova a articulação das ações acadêmicas realizadas virtualmente ao longo de 2020, a fim de torná-las melhores e mais integradas aos propósitos da universidade, com métodos mais estáveis e que transcendam os modos de atuação emergenciais que marcaram o ano de 2020.

Não estamos falando aqui de novas plataformas, mas sim de uma estrutura de gestão que, através de estudos integrados entre as três pró-reitorias acadêmicas (PROGRAD, PROPPG e PROEXT), analise o que foi desenvolvido através de interações virtuais em 2020, para seu uso e fortalecimento estratégico em 2021. Grande parte do ensino, da pesquisa e da extensão em 2020 ocorreu de modo *online*. Não é desejável que esta realidade continue. Porém, desconsiderar que devemos estar preparados para que em 2021 formas híbridas de encontros e produção acadêmica ocorram em ambiente *online* seria deixar de lado um importante compromisso de gestão, que é o de se preparar para o enfrentamento das situações oriundas da COVID 19, enquanto o cenário brasileiro não se normalizar.

A nova gestão se debruçará sobre estas questões com responsabilidade e compromisso com o interesse público, a fim de fortalecer e integrar metodologias de trabalho virtuais nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. A experiência adquirida em diversos ambientes virtuais, decorrente de decisões emergenciais adotadas em 2020, podem se transformar em novas potencialidades da UFRRJ. Podemos citar, como exemplo, a emergência de novos tipos de cursos de extensão realizados em plataformas virtuais, que podem ser ministrados por pós-graduandos em seus estágios de docência e que servem para diminuir repetência e/ou evasão na graduação. Tais iniciativas já estão ocorrendo e possivelmente não serão abandonadas com o retorno da presencialidade.

Portanto, propomos para próxima gestão, através de comissões implantadas pela PROEXT, PROPPG e PROGRAD, as seguintes iniciativas:

- Levantamento das ações virtuais das três pró-reitorias acadêmicas e das ações com parceiros externos;
- Estabelecimento do nível de amplitude dessas ações, divididas em: a) internas à universidade; b) locais com interações municipais; c) locais com interações regionais; d) nacionais; e) internacionais;
- Análise das ações que sejam aproveitadas de forma sistêmica, por exemplo: cursos que sejam para comunidade externa (PROEXT), que sirvam de estágio de docência para nossos estudantes de pós-graduação (PROPPG) e apoio para a melhoria dos índices do ensino de graduação (PROGRAD);
- Realização do planejamento de ações sistêmicas que podem ser ampliadas academicamente como objetos de pesquisa e indutoras de publicações. Entre essas ações, podemos citar como exemplos cursos planejados para fins internos que possam se tornar programas para públicos externos (por exemplo, para redes de ensino municipais), estágios que possam produzir materiais didáticos internos e experiências que possam fazer parte de repositórios virtuais a serem criados;
- Preparação da Universidade para interações consorciadas com perfis de atividades articuladas, tanto em âmbito nacional como internacional.

- Apoio e fomento à realização de disciplinas na graduação ou na pós-graduação de maneira colaborativa entre docentes da instituição, ou de várias instituições (brasileiras e/ou estrangeiras).
- Apoio às atividades de extensão e a iniciativas de grupos de pesquisa voltadas à divulgação da ciência e do conhecimento produzido na Universidade por meios audiovisuais.

3.5. Propostas da chapa para a preservação das conquistas da assistência estudantil (Proaes):

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) é um órgão da Administração Central subordinado à Reitoria, que tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações de assistência estudantil (AE) voltados para a ampliação das condições de permanência do estudante na Universidade; a melhoria do seu desempenho acadêmico e a redução dos índices de evasão, retenção e repetência, atuando nas áreas da residência estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

O público prioritário dos programas e ações de assistência estudantil geridos pela PROAES são os estudantes com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio, regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial oferecidos pela UFRRJ, em consonância às disposições previstas no Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

As duas últimas gestões da PROAES (2013-17 e 2017-21) se depararam com o desafio de administrar um conjunto diversificado de demandas de assistência estudantil, decorrentes das políticas de democratização do acesso ao ensino superior, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (*REUNI*), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Lei de Cotas e o PNAES, implementadas na UFRRJ a partir de 2007.

O REUNI, o SISU e a Lei de Cotas modificaram estruturalmente o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram nos cursos de graduação da UFRRJ, em sua maioria oriundos de escolas públicas e de famílias com renda *per capita* mensal de até 1,5 salários mínimos.

Tal mudança nos impôs como necessidade impostergável a criação de um conjunto de programas e ações para atender às demandas de permanência estudantil, com base nos recursos orçamentários previstos no PNAES.

Antes do PNAES, os programas e ações de assistência estudantil se restringiam concessão de alimentação subsidiada, de vagas na moradia estudantil e da oferta de bolsas remuneradas com contrapartida em trabalho (Bolsas de Alimentação na UFRRJ). Os recursos para financiar essas ações provinham da matriz “Outros Custos e Capital (OCC)”.

Com a criação do PNAES, em 2010, pela primeira vez as IFES passaram a contar com uma dotação anual de recursos específicos para o financiamento das ações da assistência estudantil.

Os recursos do PNAES possibilitaram à UFRRJ fortalecer a sua atuação nas áreas de assistência estudantil nas quais atuava (alimentação e moradia), permitindo a criação de novas modalidades de auxílios financeiros (moradia, transporte, alimentação, didático pedagógico e esporte) e ampliando o número de estudantes atendidos nos três *campi*.

Em 2013, o processo de institucionalização dos programas e ações de assistência estudantil na UFRRJ, nos marcos preconizados no PNAES, ainda era incipiente, pois o único instrumento criado a partir de 2010 foram os editais públicos de seleção (auxílios financeiros e moradia).

À exceção dos editais e do Regimento dos Alojamentos, inexistiam outros tipos de regulamentos, o que conferia à gestão da assistência estudantil um alto grau de informalidade e de concentração das decisões monocráticas por parte do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis.

Além da necessidade de institucionalizar os programas e ações de assistência estudantil, tivemos de atuar para mitigar os problemas da infraestrutura da assistência estudantil que se arrastavam há décadas na UFRRJ. Tais problemas não foram inteiramente solucionados, pois o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ (PRE) – definido antes de 2013 – não considerou como prioridade as demandas de assistência estudantil. Por essa razão, o projeto de construção de um RU novo não foi adiante, do mesmo modo que não foram pudemos realizar melhorias mais significativas nos alojamentos e, tampouco, nos *campi*. As únicas exceções foram a construção do RU do IM e a construção do Anexo do RU de Seropédica.

Diante deste cenário, as duas últimas gestões da PROAES se orientaram pelo objetivo de fortalecer e institucionalizar as ações da assistência estudantil, atuando nas seguintes frentes: a) elaboração de minutas de regulamentos das políticas da assistência estudantil para posterior apreciação no CONSU; b) reestruturação administrativa e recomposição do quadro de servidores dos setores com déficit de pessoal; c) aquisição gradual de equipamentos e mobiliário para todos os setores, possibilitando uma melhoria dos ambientes de trabalho; d) execução de reparos e adaptações dos espaços físicos dos setores, para melhorar as condições de trabalho dos servidores; e) elaboração de projetos básicos e executivos para viabilizar a licitação de obras de infraestrutura de interesse da assistência estudantil; f) captação de recursos extra orçamentários para o financiamento dos serviços de reforma da infraestrutura licitados; g) melhoria dos serviços de atendimento ao público da assistência estudantil, mediante a implementação de sistemas informatizados; h) unificação dos processos seletivos aos auxílios de assistência estudantil; i) reformulação dos meios e métodos de comunicação com a comunidade discente.

Diante do exposto e considerando a necessidade de preservação das conquistas da assistência estudantil obtidas nas duas últimas gestões da PROES, apresentamos a seguir um conjunto de propostas para a gestão de 2021 a 2025.

3.5.1. Propostas para a melhoria da infraestrutura da assistência estudantil:

- Concluir a 2ª etapa da reforma, ampliação e reestruturação do RU do Campus de Seropédica;
- Conclusão da reforma dos banheiros do Alojamento Masculino M2;

- Abertura de licitação para a reforma dos banheiros dos Alojamentos Masculinos restantes, condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários;
- Conclusão dos projetos básicos e executivos para a viabilização da reforma e modernização das instalações elétricas e dos banheiros coletivos dos 12 Alojamentos UFRRJ;
- Abertura de licitação para a execução da reforma e modernização das instalações elétricas dos Alojamentos Universitários da UFRRJ;
- Conclusão das adaptações do espaço físico do Setor de Atenção Psicossocial ao Estudante (SEAPE), possibilitando a melhoria dos serviços de acolhimento aos estudantes alojados(as) e não alojados(as) do Campus de Seropédica;
- Dar continuidade à execução dos serviços de ampliação da internet nos Alojamentos Universitários;
- Contratação de serviços de dedetização e desratização para o controle de roedores, de insetos e cupins nos quartos dos Alojamentos Universitários.

3.5.2. Propostas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados:

- Implantação do módulo Bolsas e Auxílios no Sistema Integrado de Gestão (SIG), dando continuidade à modernização dos procedimentos de inscrição, seleção e atendimento dos discentes beneficiários;
- Conclusão do processo licitatório para aquisição de solução de controle do acesso informatizado ao RU, que contribuirá para a melhoria do atendimento do público usuário;
- Elaborar estudo sobre a viabilidade de transformação do Restaurante Universitário de Seropédica em uma Central de Distribuição, possibilitando a implantação de pontos de alimentação descentralizados em locais estratégicos do *campus*;
- Realizar campanhas educativas nos RU's de Seropédica e de Nova Iguaçu, que tenham relação direta com a melhoria da qualidade da assistência alimentar prestada aos estudantes;
- Implantar e divulgar a política para o atendimento prioritário de públicos específicos de discentes nos Restaurantes Universitários (pais e mães, pessoas com deficiência, diabéticos e vegetarianos, entre outros), em consonância ao conteúdo previsto em seus respectivos Regimentos;
- Implantar o sistema de controle do acesso informatizado nos RU's de Seropédica e Nova Iguaçu, cujo módulo está previsto no Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- Mudança da sede da Empresa de Correios e Telégrafos para a antiga sede da DIRE, possibilitará um atendimento direto aos estudantes alojados(as);
- Realizar campanha educativa junto aos Alojamentos Universitários, visando o acolhimento dos novos moradores selecionados pelo DIRE e a coibição de quaisquer tipos de assédios e violências;
- Realizar planejamento anual com a indicação das prioridades de execução dos serviços de manutenção dos Alojamentos Universitários, levando-se em

consideração as demandas discutidas pelos seus moradores e levadas ao Conselho de Administração dos Alojamentos (CAA) por seus representantes;

- Constituir Grupo de Trabalho Permanente, com a designação de representantes dos três segmentos da comunidade universitária por Portaria da Reitoria, objetivando o monitoramento, avaliação e a proposição de propostas para as políticas de permanência estudantil na UFRRJ;
- Implantar o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Discente Beneficiado pelo Programa de Auxílios da Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PAAE/UFRRJ), a fim de promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos discentes beneficiados pelo PNAES.

3.5.3. Propostas de institucionalização e regulamentação da assistência estudantil:

- Encaminhar ao CONSU a proposta de atualização do Regimento dos Alojamentos discutida pelo CAA e pela equipe da DIRE/SERE;
- Discutir, em conjunto com os representantes do CAA e com a equipe da DIRE, uma proposta de regulamentação da concessão do uso e da conservação dos espaços físicos que atualmente servem de sede às entidades de representação estudantil e grupos organizados de extensão nos Alojamentos Universitários;
- Realizar, em parceria com os profissionais da Divisão de Saúde, dos cursos de Psicologia, Serviços Social e outros, um levantamento das demandas das necessidades de saúde dos estudantes da UFRRJ, visando subsidiar a elaboração de uma política de prevenção e promoção à saúde;
- Implementar a Política de Acolhimento às pessoas com vínculo com a UFRRJ que tenham sido vítimas de violências de diversas naturezas;
- Manter as ações de apoio psicossocial aos estudantes contemplados pelos benefícios da assistência estudantil, de acordo com o planejamento do SEAPE;
- Realização do evento de recepção aos calouros contemplados com os benefícios da assistência estudantil em plataforma virtual;
- Manter o apoio institucional às ações realizadas pelos estudantes que integram o projeto da Sala de Cultura, junto aos Alojamentos Universitários, estimulando a descentralização das mesmas para os campi de Nova Iguaçu e de Três Rios;
- Manter o apoio institucional às ações realizadas pela Salinha Azul, estimulando a descentralização das mesmas para os câmpus de Nova Iguaçu e de Três Rios;
- Dar continuidade à parceria com a PROEXT na manutenção da Política de Incentivo ao Esporte, mediante a concessão de auxílios de incentivo ao esporte com recursos do PNAES;
- Organizar um livro contendo o depoimento das trajetórias profissionais e de vida de ex-alunos da UFRRJ que receberam auxílios de permanência durante a sua graduação.

3.5.4. Manutenção da comunicação e divulgação das ações da assistência estudantil:

- Manter atualizada a página da PROAES no portal da UFRRJ com informações sobre os assuntos de interesse da assistência estudantil, replicando-as na página das redes sociais (Facebook®);
- Manter a edição anual da Cartilha do Estudante PROAES (digital), objetivando oferecer informações aos estudantes calouros da UFRRJ a respeito do funcionamento de todos os programas e ações de assistência estudantil;
- Produzir vídeos informativos sobre temas de interesse da comunidade estudantil, a partir do envolvimento de estudantes e servidores com o apoio da Coordenadoria de Comunicação da UFRRJ;
- Realizar pesquisas da opinião dos estudantes na internet acerca de temas de interesse da assistência estudantil, com o objetivo de aperfeiçoar os programas e ações existentes;
- Realizar reuniões semestrais com os coordenadores de curso para atualização de informações referentes aos programas e ações da assistência estudantil;
- Elaborar e disponibilizar no portal da UFRRJ uma cartilha contendo informações sobre os procedimentos das denúncias de infrações discentes, bem como esclarecimentos sobre as etapas dos processos disciplinares discentes.

3.5.5. Apoio à organização estudantil:

- Dar continuidade às reuniões do Conselho de Administração dos Alojamentos (CAA) como espaço de cogestão dos assuntos relacionados à Moradia Estudantil;
- Promover reuniões públicas em plataforma digital com os estudantes, mediante a sua divulgação prévia, para prestar esclarecimentos sobre os programas e ações de assistência estudantil, bem como para a apreciação de suas demandas e reivindicações.

3.6. Propostas de gestão para a pró-reitoria de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional (Propladi):

A partir da década de 1990, com o advento das políticas neoliberais em toda a América Latina e, especificamente, no Brasil, a legislação para execução dos recursos orçamentários no setor público tem sido modificada, aumentando a burocratização legal. Somando a essa nova legislação, a década de 2010 tem sido marcada por diversas publicações de portarias e instruções normativas que tentam regulamentar os gastos públicos, mas que implicam, por outro lado, quantidades maiores de documentos a serem preenchidos e mais unidades administrativas em que o processo precisa tramitar.

Neste sentido, uma simples tomada de decisão de iniciar uma obra ou adquirir um bem requer uma construção documental que chega a durar meses ou até ano. Esse excesso de burocratização institucional e documental, carregado de ideologia

do combate à corrupção, tem levado a muitas propostas “mirabolantes” para “encurtar” o caminho do processo, como foi o caso da proposta feita pelo Ministério da Educação do atual governo, o *Future-se*. Recordemos que a atual gestão da Administração Central da UFRRJ foi veementemente contrária.

Entendendo que um Estado forte é primordial para o desenvolvimento da sociedade brasileira e a Universidade Pública e gratuita ainda mais significativa. É esse mesmo Estado forte que executa seus recursos orçamentários e extraorçamentários de forma eficiente, mesmo com o excesso de legislação e regras que jogam contra esta execução. Nesse sentido, é possível constatar que as pró-reitorias PROPALDI e PROAF trabalham valorizando as contribuições das equipes técnicas administrativas, estabelecendo metas, incorporando aprendizado, transformando rotinas e empenhando 100% dos recursos disponibilizados no devido ano.

Empenhar o recurso é uma das etapas da execução de um orçamento, pois ainda temos as etapas de cobrar dos fornecedores a execução, fiscalizar a execução, concordar com o que foi executado e pagar. Percorrer este caminho, entretanto, não é tarefa simples e requer dedicação, equipe técnica competente e gerenciamento constante dos processos, pois, frente aos cenários de contingenciamento orçamentário e liberação de recursos para empenho apenas no final do exercício, um grande montante de recursos do orçamento entra em Restos a Pagar (RAP).

Neste caso, mais uma vez as normas e legislações neoliberais estabelecidas para o setor público limitam o gestor na tomada de decisão, pois os RAP's só podem ser utilizados com a empresa em que o recurso foi originalmente empenhado, sem poder ser transferido para outra empresa. Dessa forma, se a empresa vencedora do tramite licitatório não cumprir o contrato, a UFRRJ notifica, pune e cancela o contrato, mas, infelizmente, o recurso empenhado é retornado à União sem possibilidade de continuar com o objeto contratado. Em casos assim, é necessário utilizar novo recurso do orçamento.

Nesse cenário de obstáculos burocráticos e de acúmulo de legislação e normas impeditivas do setor público, a PROPLADI tem se posicionado em duas linhas: i) por um lado, colocando-se e alertando, quando possível, sobre a necessidade de mais propostas e estudos para que seja possível criar novas ações que melhorem o ambiente de decisão do gestor público, aumentando a eficiência e a eficácia, sem perder o poder de controle necessários na utilização dos recursos públicos - esta é uma posição necessária para termos um Estado forte e participativo; ii) por outro lado, entendendo a legislação e normas vigentes, a PROPLADI estabeleceu metas e cronogramas e organizou equipes de técnicos administrativas para cumprir os objetivos estabelecidos.

Diante do exposto e da necessidade de continuarmos o trabalho iniciado em 2017 de planejamento e execução, a fim de consolidarmos os avanços e termos condições de avançar ainda mais em matéria de governança institucional, apresentamos a seguir as propostas para a serem submetidas à consulta da comunidade acadêmica para o próximo quadriênio. Para tanto, e entendendo a necessidade de aperfeiçoar a governança institucional que inclui do planejamento até final da execução, apresentamos as propostas conjuntas da PROPLADI e da PROPAF, iniciando pela primeira. Destacamos que, em ambas, as ações têm implicações transversais em todas as outras pró-reitorias.

A Pro-Reitoria de Planejamento, Avaliação de Desenvolvimento Institucional é responsável pelo planejamento estratégico, pela governança e pelo acompanhamento de execução e cumprimento de metas das ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional. Por isso, as ações e medidas encaminhadas pela unidade geram impactos e ações transversais em várias pró-reitorias, tanto administrativas quanto acadêmicas. Ela está dividida em quatro grandes unidades administrativas que compõem importantes estruturas da instituição, a saber:

- a) A **Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CODIN)**, responsável pela elaboração e acompanhamento do PDI, da estrutura de governança e gestão de risco, do relatório anual de gestão, planejamento orçamentário dos recursos de capital, apoio na estrutura de captação e recurso extraorçamentário;
- b) **Coordenadoria de Projeto de Engenharia e Arquitetura (COPEA)**, responsável por planejar, avaliar e executar as obras de infraestrutura da instituição;
- c) **Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC)**, responsável por todas as ações de Tecnologia de Informação da UFRRJ;
- d) **Seção de Arquivo e Protocolo Geral (SAPG)** da UFRRJ, responsável por todo o sistema de protocolo e de arquivo do campus de Seropédica.

3.6.1. Propostas para a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CODIN):

- **Efetivação da nova estrutura administrativa e do Regimento da unidade** – encaminhar ao Conselho universitário a proposta já elaborada do regimento da unidade;
- **Elaborar o novo PDI da UFRRJ de forma participativa**, com base na experiência adquirida na elaboração do PDI 2018-2022 e nas avaliações feitas durante os quatro anos de vigência;
- **Ampliar o processo de gestão risco e governança** – o comitê de gestão de risco e governança foi criado na atual e gestão e está ativo, assim propomos ampliar suas ações junto à comunidade universitária;
- **Planejar estrategicamente ações de melhorias da qualidade da gestão**, subsidiando os diversos planos de desenvolvimento institucional da universidade;
- **Planejar orçamento para o ano seguinte** – planejar orçamento da universidade com base nas metas estabelecidas no PDI e em conformidade com o Projeto de Lei Orçamentário enviado ao Congresso no mês de agosto de cada ano pelo Ministério da Economia. No ano seguinte, acompanhar, junto com a PROAF, a execução deste orçamento;
- **Elaborar e tornar públicos indicadores de resultados** – com a implantação do Sistema integrado de Gestão, a captação de dados institucionais avançou significativamente. Dessa forma, com o avanço dos anos, uma base de dados histórica está sendo disponibilizada, o que permitirá um sistema de avaliação periódica da execução do plano de gestão;

- **Incentivar e promover a realização de capacitação dos servidores da CODIN** – com base nos eixos temáticos voltados para as necessidades técnicas, científicas e pedagógicas dos servidores da unidade, incentivar e apoiar a implementação de novas práticas advindas das capacitações técnicas realizadas pelos servidores da unidade.

3.6.2. Propostas Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura (COPEA):

- **Efetivação da nova estrutura administrativa e do Regimento da unidade** – encaminhar ao Conselho Universitário a proposta já elaborada do regimento da unidade;
- **Gerenciar o fluxo de processos de obras**, a partir do processo já mapeado, verificando os principais gargalos e propondo melhorias;
- **Ampliar o quadro administrativo da unidade** com a entrada de mais dois servidores para gerir contratos de obra, elaborar Estudo Técnico Preliminar junto com equipe técnica e alimentar os diversos sistemas de governo;
- **Adotar a metodologia BIM (*building information modeling*)** – melhorar o processo de governança das obras da instituição;
- **Conclusão das obras em andamento** – devido à pandemia do COVID 19 em 2020 e da necessidade de suspensão dos contratos das obras em andamento para cumprir as medidas de isolamento social, existe um grande número de obras para ser fiscalizadas, o que vai demandar concentração em 2021 da equipe da COPEA nesta atividade. A partir de 2022 novas obras serão licitadas;
- **Projeto executivo para todas as obras** – com as experiências anteriores e a avaliação dos procedimentos estabelecidos, verifica-se a necessidade de contratar os projetos executivos das obras. O ano de 2021 será o marco inicial deste processo. A proposta é contatar alguns projetos no primeiro ano de gestão;
- **Obras de reformas** – a proposta é: 1) reformar espaços disponíveis no campus de Seropédica para transformar em novos espaços para salas de aula; 2) reformar e ocupar o prédio antigo da biblioteca para utilização do Instituto de Ciências Exatas (ICE) e para novos espaços de salas de aula; 3) reformar a parte elétrica e implantar o Sistema de combate a incêndio dos alojamentos; 4) reformar e modernizar as subestações elétricas dos prédios da UFRRJ; 5) reformar a parte elétrica e implantar do sistema de combate a incêndio dos prédios da UFRRJ; 6) implantar sistemas de acessibilidade dos prédios da UFRRJ; 7) realizar outras reformas de pequeno porte.
- **Obras de Construção** – o foco principal é construção de novos espaços de salas de aula (Nova Iguaçu) e laboratórios e a construção do almoxarifado;
- **Concluir as seguintes obras:** Hotel Escola (já licitado e em andamento); complexo do Centro Integrado de Ciências da Saúde; Prédio de Aulas Práticas (PAP); laboratório da Geodésia (obra já licitada); Laboratório de Modelagem Atmosférica.

3.6.3. Propostas para Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC):

- **Efetivação da nova estrutura administrativa e do Regimento da unidade** – encaminhar ao Conselho universitário a proposta já elaborada do regimento da unidade.
- **Concluir a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG).**
- **SIPAC** – finalizar o orçamento financeiro no primeiro ano da gestão, visando maior eficiência e eficácia na compra e na prestação de serviços, bem como na transparência pública;
- **SIGRH** – utilização do SIG (SIGRH) nos atendimentos de área de saúde ao servidor;
- **SIGAA** – consolidação do SIGAA, organizando atividades de consulta a comunidade acadêmica (principalmente discente), a fim de desenvolver melhorias;
- **Cobertura Wi-fi nos campi** – Ampliação da área de cobertura de Wi-fi com foco nos prédios com salas de aula e o prédio dos alojamentos. Além disso, no campus de Seropédica iniciar o atendimento do serviço nas áreas residências, visando às necessidades de trabalho remoto;
- **Avançar nas instalações de novas linhas de fibra ótica no campus de Seropédica** – Geociências, Fazendinha e Psicologia como principais troncos;
- **Continuar melhorando a Infraestrutura do Datacenter e da Sala da COTIC** – iniciar a reforma do espaço administrativo da COTIC (obra já licitada) e fazer reformas para ampliar a segurança do espaço do datacenter.

3.6.4. Propostas Para Seção e Arquivo e Protocolo Geral (SAPG):

- **Efetivação da nova estrutura administrativa e do Regimento da unidade** – encaminhar ao Conselho universitário a proposta já elaborada do regimento da unidade;
- **Ampliação do quadro técnico** – por se tratar de uma unidade com a missão de atender a demandas pertinentes à gestão de documentos de toda a universidade, a ampliação do quadro técnico formado tanto por arquivistas quanto por assistente em administração se faz necessária em virtude do expressivo volume de trabalho de rotina e reprimido nas demais unidades. Situação agravada pelos diversos anos de pouca atenção dispensada pela instituição para esta importante unidade;
- **Otimizar as condições para a gestão de documentos adequada no âmbito da UFRRJ** – procedendo de maneira pró-ativa, buscar a eficiência, eficácia e efetividade no que tange ao tratamento documental;
- **Promover a racionalização das atividades arquivísticas**, com o objetivo de garantir a integridade do ciclo documental;
- **Ampliar o espaço da unidade** – devido ao grande acúmulo de documentos durante anos na instituição e ao crescimento da universidade na década de 2010

sem o correspondente aumento do espaço de arquivo e protocolo, as demandas não são mais atendidas com o espaço existente. Dessa forma, é necessário ampliar o espaço destinado ao funcionamento da unidade, assim como o espaço para armazenagem de documentos, reestruturar a parte elétrica e climatizar as áreas de trabalho ocupadas pelos colaboradores da seção para que a UFRRJ atenda aos parâmetros normativos vigentes para o funcionamento e a segurança do arquivo e de seus documentos;

- **Eliminação de documentos com listagens aprovadas pela CPAD e pelo Arquivo Nacional** – eliminar documentos mediante aprovação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da instituição e do Arquivo Nacional, a fim de racionalizar a utilização dos espaços de depósito documental;
- **Implantar o repositório arquivístico digital confiável** – os documentos de arquivo possuem como característica essencial registrar e apoiar as atividades da instituição, servindo como evidência de tais atividades e fonte de informação para pesquisa futura, além de assegurar os direitos dos cidadãos. Logo, é preciso garantir que os documentos estejam acessíveis e preservar sua autenticidade em todo o ciclo documental. Dessa forma, com a produção e uso cada vez mais comum de documentos digitais, potencializados pelo contexto de pandemia, o desenvolvimento de repositório arquivísticos digitais confiáveis constitui solução para garantia da autenticidade, da preservação e do acesso de longo prazo destes documentos no âmbito da UFRRJ.

3.7. Propostas para a gestão da pró-reitoria de assuntos financeiros (Proaf):

A Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros da UFRRJ é responsável por coordenar e supervisionar a execução orçamentária e financeira da Universidade, os processos de aquisição e gestão de bens e serviços, bem como os contratos que envolvam recursos financeiros. Para tanto, a PROAF compatibiliza as necessidades das diversas unidades da Universidade com o orçamento anual, zelando para que os recursos financeiros sejam aplicados de forma planejada, participativa, otimizada e eficiente.

Atualmente, a PROAF é composta por cinco unidades administrativas que atuam em conjunto, a fim de alcançar os objetivos institucionais:

- a) **Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF)**, responsável por coordenar e supervisionar todos os assuntos de natureza orçamentária e financeira, distribuir e acompanhar a execução do orçamento da instituição, acompanhar a execução dos programas específicos do governo, preparar e acompanhar a execução de planos de trabalho de projetos, interligar a execução orçamentária e financeira da instituição junto ao MEC e seus órgãos e secretarias vinculadas;
- b) **Departamento de Gestão de Contratos e Convênios (DGCC)**, responsável por coordenar e supervisionar todas as atividades relativas à gestão de contratos e importações, bem como a gestão dos espaços físicos da UFRRJ;
- c) **Departamento de Material e Serviços Auxiliares (DMSA)**, responsável pelo processo de aquisição de bens e serviços para atendimento aos diversos setores da UFRRJ, planejando, coordenando e operacionalizando o conjunto

de atos e documentos que compõem a rotina legal da administração para o processo licitatório, desde o recebimento, o devido registro até a distribuição dos bens adquiridos;

- d) **Departamento de Orçamento e Custo (DOC)**, responsável por observar a gestão do orçamento, realizar a escrituração contábil, previsão e controle da arrecadação da receita própria, administrar o orçamento da UFRRJ, buscando otimizar a aplicação dos recursos financeiros por meio da gestão eficiente de processos, rotinas, mecanismos e fluxos de execução orçamentária; viabilizar os recursos orçamentários disponíveis para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; consolidar e disponibilizar informações gerenciais para subsidiar o planejamento, o desenvolvimento institucional e o processo de tomada de decisões em diversos níveis administrativos das áreas fim e meio, com base nos custos;
- e) **Divisão de Patrimônio (DivPat)**, responsável pela centralização das informações dos bens móveis, imóveis, prédios, PNRs, disseminação da informação, implementação das políticas de gestão patrimonial, aplicação das legislações pertinentes, bem como pelo controle do recebimento de bens, alocação, leilão, doação, descarte e pelo controle dessas informações

3.7.1. Proposta para o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF):

- **Reforma do espaço administrativo da unidade** – o espaço administrativo da unidade precisa ser reformado para melhoria na qualidade do ambiente de trabalho e na organização de seus espaços administrativos melhorando a distribuição das unidades administrativas;
- **Consolidar a implantação dos trâmites processuais dentro do SIG** – essa ação será executada no primeiro ano da gestão, pois além de aumentar a eficiência e transparência dos processos e documentos, é base para implantação de outros módulos do sistema;
- **Instituir um sistema de governança sobre o pagamento das notas atestadas** – melhorar o fluxo de liquidação e pagamento de nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- **Mapear processos da unidade**, a fim de dar mais eficiência e eficácia dos procedimentos da unidade.

3.7.2. Proposta Departamento de Material e Serviços Auxiliares (DMSA):

- **Implantação do Sistema de Compras do SIG**, a fim de para melhorar o fluxo de compras e a eficiência das ações;
- **Criação de Equipe de Planejamento de compras** – equipe capaz de elaborar documentação necessária para o cadastro do planejamento de compras anual bem como para dar suporte a documentação inicial da licitação. A equipe de planejamento de compras centralizará o processo de compras da universidade com técnicos administrativos atendendo a grandes grupos específicos, será responsável por atender todos os processos da universidade;

- **Ampliação do Almojarifado do Campus de Seropédica** – a UFRRJ ampliou ou seu número de alunos e servidores e passou por um processo de crescimento de suas estruturas, sem, entretanto, mudar o seu almojarifado. Isto implicou em um espaço pequeno para atender a toda a instituição. Dessa forma, ampliar o almojarifado será um ganho de produtividade para a instituição melhorando a gestão na aquisição de seus bens.

3.7.3. Proposta Divisão do Patrimônio e Serviços Gerais:

- **Conclusão da Obra do Galpão do Patrimônio** – obra fundamental para gestão dos bens móveis da UFRRJ, que já está licitada e precisa ser concluída;
- **Realocação de pessoal** – com a conclusão do galpão, será necessária equipe em condições de recolher material nas unidades administrativas e transportar para o novo prédio;
- **Implantação do módulo Patrimônio dentro do SIG**, com o objetivo de melhorar o controle sobre o patrimônio da universidade.

3.7.4. Proposta para o Departamento de Gestão de Contratos e Convênios (DGCC):

- **Criação de polo de gestores de contratos** – tem como objetivo centralizar a gestão de contratos de mão de obra terceirizada, a fim de incrementar a curva de aprendizagem organizacional neste tipo de objeto, padronizar procedimentos e dar celeridade às decisões administrativas;
- **Reforma do espaço administrativo da unidade** – o espaço administrativo da unidade precisa ser reformado para melhoria na qualidade do ambiente de trabalho e na organização de seus espaços administrativos melhorando a distribuição das unidades administrativas;
- **Implantação do módulo Contratos dentro do SIG** – com o objetivo principal de melhorar o controle sobre os prazos contratuais, obter relatórios gerenciais e melhorar a comunicação entre gestores e fiscais de contratos;
- **Disponibilização de espaço online** – oferecer um local onde gestores e fiscais possam obter informações relevantes da área, documentos padronizados, espaço para dirimir dúvidas e legislações da área em um único espaço.

3.7.5. Proposta para o Departamento de Orçamento e Custos (DOC):

- **Disponibilização de espaço administrativo** – concessão de um espaço próprio com toda a infraestrutura necessária para o Departamento exercer suas atividades;
- **Consolidação da implantação do módulo Orçamento dentro do SIG** – finalizar a implantação do módulo a fim de aumentar a governança sobre os recursos orçamentários advindo de diversas fontes, ofertando assim aos

gestores acesso direto ao orçamento distribuído com o objeto de dar maior transparência e eficiência na sua execução;

- **Disponibilização de servidores** – necessidade de estruturação de pessoal do Departamento para a consecução plena das suas atividades.

3.8. Propostas de ação para a pró-reitoria de gestão de pessoas (Progep):

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) é órgão da Administração Central, subordinado à Reitoria, que tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as políticas, programas e ações na área de gestão de pessoas.

A missão da PROGEP é garantir o ingresso, o desenvolvimento, o acompanhamento funcional e o bem estar de todos os trabalhadores da UFRRJ, através da integração, interação e melhoria contínua de ações e políticas institucionais.

O nosso objetivo é ir em direção ao alcance das metas institucionais, fortalecendo decisões coletivas, bem como o incentivo à capacitação permanente de todos(as) os(as) trabalhadores da UFRRJ.

Orienta-se pelos princípios da ética e da transparência, da impessoalidade e da isonomia, objetivando estimular ambientes de trabalho que primem pelo respeito, pela segurança, pela eficiência, pela eficácia e pela excelência dos serviços públicos prestados à comunidade universitária e à sociedade. A PROGEP possui a seguinte estrutura organizacional:

- I- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria Adjunta de Gestão de Pessoas;
- II- Secretaria Administrativa da PROGEP;
- III- Núcleo de Legislação e Normas de Pessoal (NULEP);
- IV- Coordenação de Distribuição de Próprios Nacionais Residenciais (CDPNR);
- V- Departamento de Administração e Gestão de Pessoas (DAGP);
- VI- Departamento de Admissão, Saúde e Desenvolvimento de Pessoas (DASDP).

3.8.1. Diagnóstico da situação na Pró-Reitoria no ano de 2016:

- Ausência absoluta de política institucional para a construção de uma pró-reitoria de gestão de pessoas. Estrutura organizacional confusa, com nomenclatura desatualizada e sem viés conceitual definido;
- Descontrole interno dos processos e fluxos, com tramitações diferenciadas para processos de mesma natureza;
- Falta de normatizações institucionais relativas aos processos internos, gerando insegurança para tomada de decisão, considerando a imprecisão de parâmetros pactuados institucionalmente;

- Ausência de clareza de controles internos da lotação e exercício dos servidores, com movimentações constantes, sem critérios e equanimidade;
- Procedimentos para mapeamento e dimensionamento da distribuição institucional de servidores técnico-administrativos iniciados e em desenvolvimento, porém, com pouco vínculo com as ações da Pró-Reitoria e utilização de metodologia pouco ágil e de difícil utilização;
- Ausência de Regimento interno da Pró-Reitoria;
- Módulos do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) paralisados e sem implantação;
- Escassez de espaços de discussão e debates para os servidores técnico-administrativos;
- Imprecisão no controle de frequência, de documentos, de lotação e de exercício dos reintegrados e anistiados;
- Recurso orçamentário destinado à capacitação de servidores insuficiente;
- Plano Anual de Capacitação de servidores (PAC) frágil, sem aderência aos objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Ausência de política de gestão de pessoas focada em competências e habilidades necessárias à Instituição, conforme legislação vigente;
- Equipes qualificadas, porém, desmotivadas, inseguras e com pouca autonomia para tomada de decisão;
- Inexistência de servidores qualificados para tomada de decisão quanto à questão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, ocasionando uma retenção de mais de 500 (quinhentos) processos acumulados desde 2010;
- Coordenações sem aderência à Pró-Reitoria e com pouca integração entre as equipes e suas ações;
- Inatividade da Comissão de Distribuição de Próprios Nacionais Residenciais (CPDR), com concentração excessiva das decisões no Pró-Reitor;
- Deliberação de distribuição de Próprio Nacional Residencial (PNR) desatualizada e com uso restrito dos artigos relacionados às sanções previstas àqueles permissionários que infringem as regras de utilização de PNRs;
- Pouca participação no Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (FORGEPE) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), acarretando informações frágeis relativas às questões coletivas das IFES e a falta de participação da UFRRJ nas pautas do FORGEPE;
- Desconhecimento do controle da distribuição institucional dos prestadores de serviços das empresas terceirizadas na área administrativa.

3.8.2. Ações realizadas nos anos de 2017 a 2020:

- Coordenações transferidas por falta de aderência à Pró-Reitoria (Seção de Arquivo e Protocolo Geral, Divisão de Patrimônio e Serviços Auxiliares,

Coordenação de Logística Sustentável e Divisão de Saúde) e extinção da Coordenação de Redimensionamento e Mapeamento Institucional;

- Mapeamento de servidores técnico-administrativos, com acertos do Cadastro e controle de lotação e exercício de 100% dos servidores;
- Ajustes de toda documentação dos reintegrados e anistiados e de suas lotações e exercícios, totalizando o controle de 100% desta força de trabalho;
- Correção e controle da folha de frequência e dos demais benefícios e marcação de férias dos reintegrados e anistiados;
- Estabelecimento de relações estreitas com as empresas parceiras e originárias dos reintegrados e anistiados, objetivando a melhoria do fluxo de informações e da inserção desta força de trabalho na instituição;
- Participação ativa no Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas, com presença em todas as reuniões desde 2017, fortalecendo a atuação da UFRRJ nas orientações e decisões do Fórum;
- Mudança da Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, após intensos debates em reuniões setoriais, intersetoriais e seminários gerais;
- Amplo debate interno para criação do Regimento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- Aprovação do Regimento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas no Conselho universitário;
- Recepção do Programa Institucional de Capacitação Docente Técnica (PICDT) transferido da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e alocado na Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP);
- Aumento dos recursos para capacitação de servidores do total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para aproximadamente R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);
- Fortalecimento da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, com crescimento significativo de servidores capacitados na instituição;
- Reorientação da política de capacitação de servidores, orientando-a conforme as metas do PDI e das competências e habilidades necessárias à Instituição, de acordo com informações dos setores e dos servidores;
- Ampla consulta interna acerca das necessidades de capacitação para a construção do Plano Anual de Capacitação (PAC);
- Aumento expressivo das capacitações internas, mediante Editais de tutores internos, ampliando o número de servidores capacitados, bem como gerando um corpo técnico de tutores internos, valorizando assim os servidores;
- Criação do Programa de Qualificação Institucional em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo como objetivo incentivar a qualificação de servidores docentes e técnico-administrativos do quadro ativo permanente da Universidade na formação em nível de pós-graduação *strictu sensu*;
- Fortalecimento da Coordenação de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho (CASST), especialmente no eixo Vigilância e Segurança do Trabalho, com a

contratação de Engenheiro e Técnicos em Segurança do Trabalho, que fortaleceram a equipe, despachando mais de 500 (quinhentos) processos de adicionais ocupacionais que estavam aguardando análise;

- Criação do Fórum dos Técnico-Administrativos em Educação;
- Gestão dos contratos dos prestadores de serviços das empresas terceirizadas na área administrativa;
- Atualização da Deliberação de distribuição PNR's, com amplo debate institucional e realização de audiências públicas;
- Abertura de processos de reintegração de posse de PNR's ocupados irregularmente;
- Aprovação da Deliberação nº 30/2018 (Distribuição dos PNR's considerados inabitáveis);
- Movimentação de mais de 220 (duzentos e vinte) Agentes de Segurança Metroferroviária, da CBTU-BH para os quatro Campi da UFRRJ, permitindo a liberação do orçamento do contrato de Vigilância terceirizada para outras ações;
- Conclusão e inauguração do novo Prédio da CASST;
- Estabelecimento de rotinas anuais com a utilização de metodologias de seminários de avaliação e planejamento, visando consolidar políticas administrativas transparentes, coparticipativas e integrativas;
- Implantação do processo 100% digital em toda PROGEP;
- Participação na elaboração e publicação de editais de seleção de estagiários, permitindo a inserção dos discentes da UFRRJ nos diversos espaços administrativos e acadêmicos.
- Desenvolvimento e divulgação do site da PROGEP, favorecendo a comunicabilidade institucional e o fluxo de informações internas e externas.
- Participação ativa na consolidação da Comissão de Integridade da UFRRJ;
- Participação ativa da estruturação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da UFRRJ;
- Estreitamento das relações institucionais com as demais pró-reitorias, visando consolidar políticas mais articuladas, evitando conflito, espelhamento de ações e retrabalho;
- Participação ativa junto à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), buscando entrelaçar procedimentos e ajustes legais e institucionais para tomada de decisão, além de melhorar o fluxo e agilidade na resolução dos processos de progressão docente.

3.8.3. Propostas de ações para PROGEP para os anos de 2021 a 2025:

- Ampliar políticas de gestão de pessoas que promovam a saúde, reduzam o estresse e favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida para os servidores nos *campi*, fortalecendo o eixo promoção em saúde da CASST;

- Dar continuidade às ações de integração dos setores que constituem as estruturas administrativas da Pró-Reitoria, potencializando a coordenação das ações;
- Fomentar articulações entre as Pró-Reitorias Administrativas e Acadêmicas, objetivando ações integradas de Gestão;
- Estimular iniciativas dos segmentos técnico-administrativo e docente na implementação de diferentes atividades que conjuguem o olhar acadêmico e administrativo para a solução de problemas diagnosticados nos setores, bem como nas elaborações de normativas institucionais;
- Estabelecer diálogo permanente com os fóruns institucionais e sindicais visando ampliar a capacidade participativa, dando transparência e segurança à comunidade universitária;
- Utilizar o Módulo Dimensionamento do SIGRH (já em fase de testes) para estabelecimento de distribuição equânime dos servidores TAES na Instituição;
- Elaborar e executar Edital de Movimentação Interna dos servidores;
- Inserir no site da PROGEP orientações normativas, instruções normativas, portarias e notas técnicas, com objetivo de proporcionar maior clareza e transparência aos servidores das ações tomadas pela PROGEP;
- Fortalecer instrumentos de comunicabilidade entre os setores da PROGEP e os demais setores da Universidade;
- Aprofundar o processo de consolidação da PROGEP, integrando as coordenações administrativas e os dois Departamentos da PROGEP (DAGP e DASDP) e assegurando a construção e a implantação de políticas de gestão de pessoas no âmbito da instituição, de forma participativa;
- Participar da implementação da Progressão Docente via o Sistema de Gestão Integrada (SIG), proporcionando maior transparência e celeridade no processo;
- Manter e fortalecer o Programa de Qualificação de Servidores (PQI);
- Ampliar o atendimento remoto aos servidores ativos e aposentados, evitando a necessidade de deslocamento para atendimentos que podem ser realizados com maior celeridade, via atendimento - requerimento on-line;
- Fortalecer o do atendimento às demandas de Capacitação dos servidores lotados nos quatro campi da UFRRJ;
- Implantar os módulos restantes do SIGRH.

3.9. PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (CAIC E CTUR)

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC Paulo Dacorso Filho), em sua história de cerca de 24 anos, sempre foi considerado fundamental para a Rural, permitindo que nossa instituição consiga oferecer formação desde a Educação Infantil até a pós-graduação.

Tendo em vista o formato administrativo, que remonta à sua constituição inicial, é fundamental a existência de uma parceria com o governo municipal, que precisa ser

sempre aperfeiçoada e desenvolvida dentro dos marcos que se encontram claros nos documentos legais da universidade. Ou seja, o CAIC compõe a estrutura da UFRRJ e isso para nós é fundamental e inegociável.

Apesar das dificuldades intransponíveis que foram enfrentadas para as propostas de transformação do CAIC numa Escola de Aplicação ou um Núcleo de Desenvolvimento Infantil, tendo em vista as reiteradas negativas do MEC em atender a essas solicitações, esta ainda é uma perspectiva pela qual vale a pena lutar.

No entanto, na atual conjuntura, o que nos propomos é continuar a dialogar com a Prefeitura Municipal, no sentido da manutenção do CAIC como uma escola de excelência o que aponta para algumas necessidades básicas e que necessitam dessa parceria:

- Reforma e manutenção do espaço físico e dos equipamentos, para o que se tornam necessários esforços conjuntos da universidade e da Prefeitura no sentido de buscar os recursos necessários;
- Revisão do regimento e do PPP, em conjunto com a comunidade do CAIC, preservando a sua vinculação institucional com a UFRRJ;
- Continuidade na oferta de atividades de extensão, promovidas pelas diferentes áreas de conhecimento da UFRRJ;
- Oferta de atividades de formação continuada aos professores do CAIC, abertas à participação de professores de outras escolas municipais;
- Continuidade na oferta de estágios aos estudantes dos cursos de graduação, em especial, das Licenciaturas;
- Integração com outros projetos desenvolvidos pela universidade, de pesquisa ou extensão, capazes de captar recursos específicos para a melhoria do CAIC.

O **Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR)**, instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi criado em 1972 pelo estatuto em vigor à época na Universidade a partir da fusão entre dois colégios já existentes: o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Simões Lopes e o Colégio Técnico de Economia Doméstica (CTED).

Nesses 48 anos desde a fusão, o CTUR passou por diversas mudanças e, mais recentemente, por uma ampliação de matrículas e de cursos. Atualmente o colégio oferece os cursos técnicos de nível médio em Agroecologia, Meio Ambiente e Hospedagem e o curso técnico pós-médio em Agrimensura – seu único curso noturno, além do ensino médio propedêutico, reafirmando sempre seu compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade.

- Compromisso de ouvir sempre a comunidade ceturiana nas tomadas de decisão.
- Manutenção de diálogo dos alunos do colégio com a universidade, com o estímulo de que os estudantes do CTUR participem das semanas acadêmicas, eventos de pesquisa e extensão, assim como possam realizar seus estágios na própria universidade.

- Favorecimento de realização de visitas guiadas nos câmpus da UFRRJ, principalmente dos estudantes que cursam o terceiro ano, numa perspectiva de que os estudantes do CTUR possam conhecer os cursos da UFRRJ e sejam estimulados concorrer às vagas oferecidas na universidade.
- Construção de acesso interno saindo da quadra de esportes do Ctur até o Restaurante Universitário.
- Reestruturação da área de prática de educação física.
- Continuidade e ampliação das parcerias e apoio entre SINTEEG e DEST para a realização dos estágios profissionais.
- Continuidade e finalização das obras de infraestrutura para a instalação da fibra ótica em todos os prédios do Ctur.
- Finalização das obras de reestruturação da Antiga Fazenda Patioba (Escolinha do IZ) para a utilização do espaço em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias e do Ctur.
- Fortalecimento e construção de convênio de pesquisa e extensão para que o curso técnico de hospedagem possa atuar na estrutura do hotel universitário.
- Integração com outros projetos desenvolvidos pela universidade, de pesquisa ou extensão, em especial aos desenvolvidos junto ao CAIC, numa perspectiva de que os estudantes do CAIC possam conhecer os cursos do CTUR e sejam estimulados concorrer às vagas oferecidas no colégio.

4. PROPOSTAS DA GESTÃO PARA ATUAÇÃO POR ÁREAS TEMÁTICAS:

4.1. Propostas para a consolidação e ampliação das relações internacionais e interinstitucionais:

Na atual gestão, a UFRRJ aumentou quantitativa e qualitativamente as parcerias institucionais. As políticas institucionais de aproximação com instituições nacionais e internacionais, a fim de fortalecer nossos vínculos com as regiões circundantes e com o mundo globalizado, resultaram em aumento expressivo de acordos de cooperação para alavancar e articular ações de pesquisa, ensino e extensão, através de ações da Coordenação de Relações Internacionais e Interinstitucionais (CORIN) em parceria com demais setores da gestão e as unidades acadêmicas.

No plano nacional, a UFRRJ firmou acordos com diversas prefeituras para o aumento de sua ação institucional na Baixada Fluminense e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Numerosos acordos de cooperação atendendo às necessidades de pesquisa, ensino e extensão foram efetuados com instituições públicas e privadas. Essa prática permanece como prioridade da UFRRJ, a fim de aumentar a rede de colaborações nacionais, conforme as necessidades institucionais.

No plano internacional, a UFRRJ aprovou o seu Plano Institucional de Internacionalização (Deliberação nº 77 CONSU, 15.12.2017) junto ao Conselho Universitário. Também aumentou expressivamente o número de acordos de

cooperação com universidades e centros de pesquisa e sua participação em redes e associações que fomentam a internacionalização do ensino superior. A deliberação sobre a dupla diplomação e a cotutela na graduação e pós-graduação, aprovada nos conselhos superiores, permitirá avançar no processo de internacionalização institucional.

No período da gestão, é notável o aumento no número de acordos de cooperação acadêmica e o número de acordos por país, com destaque para parceiras anteriores com Portugal, que foram reafirmadas e ampliadas, e o aumento de ações com os Estados Unidos (ver no link da chapa).

O apoio institucional à mobilidade dos discentes de graduação para centros de excelência no exterior foi ampliado significativamente, com 86 auxílios financeiros oriundos do orçamento institucional (LOA-Ação 20 GK), perfazendo o total de R\$ 778.000,00 nos últimos 3 anos. Também foi expandido o apoio institucional na forma de cursos de idiomas para a comunidade, com cerca de 700 participantes de todos os segmentos da comunidade universitária desde 2017. Igualmente, pusemos em prática políticas de acolhimento para estudantes estrangeiros para estudos na UFRRJ.

Também aumentou o número de auxílios financeiros na mobilidade internacional de graduação por órgão/edital/Agência ou Rede, no período de 2018-2020 (ver link). Destaque para a cooperação com instituições como OEA, Bramex, Bracol e Proafri, que incluem discentes de pós-graduação (Mobilidade internacional "in").

Outro marco importante foi o lançamento do primeiro edital da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e da CORIN, em 2018, para apoio a Docente em Missão Internacional de Curta Duração em ações de Extensão Tecnológica e de Desenvolvimento Social.

Foram priorizadas 28 instituições da América Latina, tendo como público alvo os docentes da UFRRJ que promovam cooperação em ações de extensão (tecnológica ou de desenvolvimento social) em parceria com Instituições da América Latina, bem, como docentes com interesse no desenvolvimento de projetos com planos de trabalho conjunto de ensino e extensão com essas instituições para futura mobilidade discente. Priorizamos projetos em três grandes eixos de trabalho, a saber: i) Biodiversidade e Sustentabilidade; ii) Políticas Públicas de Desenvolvimento; e iii) Metodologias cooperativas em ciências aplicadas e tecnologias. A partir desse edital estabelecemos mais 4 editais de apoio a docentes e discentes para eventos internacionais.

O plano institucional de internacionalização 2021-2025, para a próxima gestão, tem como base o aprofundamento das políticas bem-sucedidas no período atual, assim como o incentivo aos acordos de dupla diplomação internacional. O aprendizado em novas formas de comunicação, decorrente das ações motivadas pela quarentena devida à pandemia do COVID-19, revelou a possibilidade de parcerias construídas *online* como um mecanismo viável e eficaz de "internacionalização em casa".

A consolidação dos procedimentos acadêmicos, para facilitar a mobilidade e o aproveitamento de atividades decorrentes da mobilidade no currículo dos nossos discentes de graduação, também é uma de nossas metas no novo período.

Concentraremos esforços, em parceria com a PROEXT, a PROPPG e a PROGRAD, para o estabelecimento de cursos *online* envolvendo servidores docentes e técnicos administrativos da UFRRJ e de instituições parceiras. Também buscaremos formas de oferecer cursos de idiomas, através do corpo docente da UFRRJ, ou em parceria com o setor privado.

Fortaleceremos a integração com a PROPPG para o suporte aos Programas de Pós-graduação (PPGs) da UFRRJ no quesito internacionalização, cujo peso será ainda maior na avaliação pela CAPES, com uma política direta de incentivo aos PPGs.

Como ação específica estabeleceremos o serviço de certificação de traduções de documentos exigidos em processos de mobilidade acadêmica internacional, bem como encaminharemos a criação do módulo “Relações Internacionais” do SIGAA, fundamental para facilitar e dar visibilidade aos processos de internacionalização da UFRRJ.

4.2. Propostas de ações para a construção de política de inovação e de empreendedorismo:

Com relação ao desenvolvimento da Propriedade Intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo, propomos inicialmente a adequação das diretrizes da Política Institucional de Inovação e Propriedade Intelectual no âmbito da UFRRJ, aprovada pelo CONSU em 31/07/2015 (Deliberação CONSU N° 36). Essa Deliberação foi essencial para a UFRRJ, como marco regulador institucional, observando e cumprindo a legislação sobre a matéria, para disciplinar a política institucional contemplando aspectos essenciais como proteção ao patrimônio intelectual, estímulo à transferência de tecnologia, disseminação de inovação tecnológica.

Entendemos que é também missão da Universidade a transformação do conhecimento científico e tecnológico em inovação, para o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, deve ser feita a adequação necessária à Deliberação a partir do Marco Legal da Inovação, composto pela Lei Federal n.º 13.243 de 11 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto n° 9.283, de fevereiro de 2018.

Desta forma, serão fortalecidos setores e estruturas, como o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e outras formas de organização legal, vinculadas a ações de ensino, pesquisa e extensão, através de uma unidade organizacional (UORG) que permita a autonomia necessária para dar agilidade e suporte aos processos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia no âmbito da UFRRJ, parcerias estratégicas com empresas e entidades públicas ou privadas, entre outras.

Para essa estruturação, o trabalho já iniciado será continuado em consonância e consulta aos Institutos, Pró-reitorias acadêmicas, Projetos Institucionais vinculados à temática de Inovação e à Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ, para implementar e gerir a Política de Inovação da UFRRJ.

Também serão priorizadas ações para estabelecimento de incubadoras, com suporte a empreendedores para que possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Em especial, a melhoria de infraestrutura, capacitação e suporte gerencial para a **Incubadora de Empresas de**

Base Tecnológica em Agronegócios (INEAGRO), cuja criação na UFRRJ data de 1998. Assim, iremos:

- a) Valorizar e promover a cultura empreendedora e da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, nas ações de ensino, pesquisa e extensão.
- b) Fortalecer, em especial, a extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social, criando ambientes de estímulo à inovação.
- c) Trazer a comunidade acadêmica para participar na implementação e execução da Política Institucional de Inovação e Propriedade Intelectual da UFRRJ, de forma ágil, transparente e buscando contribuir para o desenvolvimento econômico, socioambiental local e do país.
- d) Reformar o espaço de infraestrutura da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica em Agronegócios (INEAGRO) da UFRRJ e auxiliar no suporte gerencial.

4.3. Propostas da chapa para a preservação e consolidação das ações de inclusão e acessibilidade realizadas no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão:

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ, diferentemente dos núcleos das demais Universidades e Institutos federais, não nasceu a partir de uma política institucional. Ele foi criado, em 2009, no âmbito de dois projetos de pesquisa e extensão intitulados **“Programa de Formação inicial e continuada de professores da Baixada Fluminense para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na educação básica e no ensino superior”** (Edital nº 6 do MEC, 2009) e **“A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: uma prática em construção”** (Edital nº 5 do Programa INCLUIR, 2009), ambos desenvolvidos no Instituto Multidisciplinar (Nova Iguaçu) sob a coordenação da Prof^a. Márcia Denise Pletsch. Em abril de 2011, a partir de solicitação realizada para a Prograd formalizar a criação do então Núcleo de Inclusão no Ensino Superior (NIES), o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou a sua criação por meio da Deliberação nº 112 em 12 de julho de 2012.

De 2012 a agosto de 2018, o Núcleo funcionou como uma comissão constituída por diferentes servidores da UFRRJ, sempre coordenado por um professor da área. Passaram pela coordenação dessa comissão as professoras Valéria Marques e Ana Ziner. No período de agosto de 2018 a 30 de abril de 2019, o NAI ficou sem comissão e sem coordenação formais ou formalizadas.

Em abril de 2019, com base na Deliberação nº 112/2012 e por meio de Portaria nº 395 da Reitoria, fundou-se o NAI, regulamentando-se então a sua estrutura e o seu funcionamento. Atualmente, o NAI é organizado por meio de uma comissão permanente que é constituída por diferentes servidores que atuam especialmente no cotidiano das atividades administrativas e de apoio educacional aos estudantes com deficiências matriculados em cursos presenciais de graduação, assim como nas bancas de ingresso que foram instituídas depois da lei de reserva de vagas de 2017.

4.3.1. Coordenação do NAI/UFRRJ:

Cabe à Coordenação do NAI as seguintes funções:

- Assegurar as condições de infraestrutura para o desenvolvimento das Comissões de Apoio;
- Convocar reuniões com as Comissões e outros agentes de interesse para que a política de inclusão progrida;
- Cumprir e fazer cumprir a política de inclusão da UFRRJ, observando a legislação vigente;
- Elaborar e executar um plano de ação que responda às demandas da UFRRJ, estabelecendo prioridades a curto, médio e longo prazo, observando-se a legislação pertinente, a fim de assegurar as condições de acessibilidade;
- Apresentar a comunidade acadêmica, relatórios de sua administração, propondo as providências necessárias para promoção e melhoria da inclusão e acessibilidade na UFRRJ;
- Prever no Plano de Desenvolvimento Institucional, diretrizes e metas para a efetivação da política de inclusão da UFRRJ;
- Participar de fóruns que tenham a finalidade de discutir questões referentes à inclusão e acessibilidade.

4.3.2. Funções dos demais membros da Equipe Permanente do NAI/UFRRJ:

- Atuar como mediadores das questões relativas à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência entre a UFRRJ e toda a Equipe NAI;
- Participar em seu GT do levantamento, planejamento, desenvolvimento e monitoramento das ações voltadas para inclusão e acessibilidade na Universidade;
- Atuar juntamente com as diversas instâncias de sua unidade acadêmica (Departamentos, Coordenações de cursos de graduação) para que as diretrizes da política de inclusão institucional sejam referenciadas nos documentos institucionais e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Elaborar e enviar, em parceria com os membros da Comissão de Apoio do NAI/UFRRJ, relatório das atividades realizadas durante o ano letivo;
- Participar de eventos que tenham a finalidade de discutir questões referentes à inclusão e acessibilidade no Ensino Superior;
- Informar aos coordenadores de curso sobre o ingresso de estudantes com deficiência ou que estejam em acompanhamento pelo NAI/UFRRJ matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFRRJ;
- Promover formações continuadas que atendam as demandas da UFRRJ;
- Solicitar reuniões com os coordenadores de curso ou outros atores da comunidade, quando necessário, para tratar de assuntos relacionados à inclusão e/ou acessibilidade;

- Identificar, juntamente com o trabalho da Comissão de Apoio, demandas visando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão para as pessoas com deficiência;
- Acompanhar, juntamente com o colegiado de curso, a trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência;
- Participar do levantamento, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas para a inclusão e acessibilidade na Universidade;
- Elaborar e apresentar relatório, anualmente à Coordenação do NAI/UFRRJ, acerca da experiência vivenciada como membro da Comissão Permanente e das atividades desenvolvidas na rede de apoio para acessibilidade na Universidade.

Além desta Comissão permanente, o NAI conta com comissões de apoio organizadas por grupos de trabalho específicos. Atualmente, há 09 grupos de trabalho formados por mais de 30 servidores da UFRRJ, abarcando representantes da COPEA, Divisão de Saúde, COTIC, Pró-Reitorias, secretarias de curso, coordenadores de cursos e outros. Os grupos de trabalho que compõem a comissão de apoio são os seguintes:

1. Grupo de Trabalho de Acessibilidade Física;
2. Grupo de Trabalho de Acolhimento;
3. Grupo de Trabalho de Acessibilidade Curricular e Pedagógica;
4. Grupo de Trabalho de Formação Continuada;
5. Grupo de Trabalho de Comunicação, Informação e Tecnologias Assistivas;
6. Grupo de Trabalho de Políticas de Estágio;
7. Grupo de Trabalho de Política de Inclusão;
8. Grupo de Trabalho de Ingresso (homologação das vagas – atividades vinculadas a Comissão Permanente);
9. Grupo de Trabalho LIBRAS, Inclusão e Educação de Surdos.

Esses grupos de trabalho, ao longo de 2019, atuaram em parceria com a comissão permanente na elaboração de uma proposta de diretrizes políticas sobre acessibilidade e inclusão para a UFRRJ. Essa proposta foi estruturada com base nas indicações dos grupos de trabalho e na legislação a seguir:

- Artigos 3º e 5º da Constituição Federal de 1988, que estabelecem a igualdade como princípio e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação como um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, do que decorre a necessidade de promoção e proteção dos direitos humanos de todas as pessoas, com e sem deficiência, em igualdade de condições;
- Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000, Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, ABNT NBR 9050/2015 e ABNT NBR 16537/2016, que estabelecem normas gerais e critérios básicos

para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias, espaços e serviços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, com prazos determinados para seu cumprimento e implementação;

- Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008, que prevê a inclusão da Educação Infantil ao Ensino Superior¹.
- Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências e ratificação, pelo Estado brasileiro, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo com equivalência de Emenda Constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com a devida promulgação pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

A partir das discussões realizadas no ano de 2019 e durante as audiências públicas online da proposta política, definiu-se, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a atual política nacional, o seguinte público:

I – **“Pessoa com deficiência”**: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, múltipla ou sensorial (pessoa cega, pessoa com baixa visão, pessoa surda, pessoa com deficiência auditiva, pessoa com surdocegueira), o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II – **“Pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)”**: desenvolvimento com déficit em habilidades sociocomunicativas e comportamentais, interesses repetitivos ou estereotipados;

III – **“Pessoa com altas habilidades/superdotação”**: aquela que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresenta elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse;

IV – **“Pessoa com mobilidade reduzida”**: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução

¹ No dia 20 de setembro de 2020, o governo federal apresentou uma nova Política Nacional de Educação Especial, que foi amplamente questionada por associações científicas.

efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

No documento proposto para a política, seguindo as indicações da LBI, apresentamos um conjunto de definições necessárias para garantir o direito à acessibilidade dessa população:

- a) “Acessibilidade arquitetônica”: ausência de barreiras ambientais físicas em residências, edifícios, espaços urbanos, equipamentos urbanos e meios de transporte individual ou coletivo;
- b) “Acessibilidade atitudinal”: ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- c) “Acessibilidade comunicacional”: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Na acessibilidade comunicacional sinalizamos como fundamentais a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para garantir acessibilidade linguística aos estudantes surdos, o acesso a textos em braile, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como o uso da linguagem simples (escrita e oral), os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados, os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;
- d) “Acessibilidade instrumental”: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, estudo, lazer, recreação e de vida diária;
- e) “Acessibilidade metodológica no ensino, pesquisa e extensão”: ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, de trabalho, de ação comunitária (social, cultural, artística, entre outras).

Também é importante saber que a Lei Brasileira de Inclusão é clara sobre os seguintes conceitos:

- a) “Tecnologia assistiva ou ajuda técnica”: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- b) “Desenho universal”: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de acessibilidade ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

Tomando esses conceitos como base, apresentamos a seguir as ações desenvolvidas nos anos de 2019 e 2020 pela equipe permanente do NAI, em parceria com os grupos de trabalho e os diferentes setores e Pró-Reitorias da UFRRJ, na área de acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência.

4.3.3. Ações desenvolvidas e avaliação:

No período de 29 de abril de 2019 a 28 de setembro de 2010, desenvolvemos um conjunto de ações para institucionalizar práticas e políticas, a fim de ampliar e garantir a acessibilidade de estudantes com deficiências nas atividades universitárias. No ano de 2019, destacamos entre outras ações a criação do NAI, conforme mencionado anteriormente, a constituição de equipes de trabalho envolvendo servidores de diferentes setores e departamentos da UFRRJ, o mapeamento dos problemas institucionais no que diz respeito à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências no ensino superior.

Nesse período, destacamos o trabalho realizado com o GT Acessibilidade Física e o planejamento de ações para o diagnóstico e planejamento de ações de acessibilidade física, principalmente no campus de Seropédica. As ações previstas não foram concretizadas em função do início da pandemia.

Elaboramos um relatório de gestão contendo o planejamento das ações previstas para o ano de 2020. Além disso, também estruturamos uma proposta de suporte/apoio educacional a partir da criação, em parceria com a Proext, do Programa de Residência em Iniciação Profissional na Área de Gestão Aplicada a Projetos Educacionais para atuação no NAI. Ademais, elaboramos o primeiro edital de auxílio de aquisição de Tecnologias Assistivas em parceria com a PROAES, seguindo as disposições contidas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como os critérios dispostos na Deliberação nº 15 de 31 de março de 2017 do CONSU, que aprovou o Programa de Auxílios da Assistência Estudantil (PAAE-UFRRJ).

No mesmo período, mantivemos o Programa de Auxílio Acessibilidade com a PROAES e o Programa de Tutoria de Apoio aos estudantes com deficiências que demandam suporte educacional para a sua estada no Ensino Superior. Todas as ações e atividades desenvolvidas em 2019 foram sistematizadas no relatório de gestão referente ao ano de 2019, disponível em <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-ufrj/>.

Durante o ano de 2020, até o momento, foram realizadas as seguintes ações:

- Atualização do PDI;
- Preenchimento das demandas solicitadas pelo Ministério da Educação por meio do ACORDÃO TCU/MEC - 7/2020/DIFES/SESU/SESU-MEC;
- Elaboração de duas propostas de formações continuadas para servidores da UFRRJ: a) uma focando aspectos legais e conceituais sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiências no ensino superior; b) outra focando manejo de sala de aula e acessibilidade curricular;
- Oferecimento de um curso de formação continuada, mediante a parceria do GT Formação do NAI e a CODEP, para 97 servidores da instituição (em andamento);
- Participação da equipe permanente do NAI no GT3 (Acessibilidade) na elaboração da Deliberação dos Estudos Continuados Emergenciais (ECE) [\[https://portal.ufrj.br/consu-aprova-as-normativas-para-estudos-continuados-emergenciais/\]](https://portal.ufrj.br/consu-aprova-as-normativas-para-estudos-continuados-emergenciais/);
- Elaboração e publicação de manual com orientações de acessibilidade e inclusão na Educação Superior, em parceria com a UNIFESSPA

<https://portal.ufrj.br/orientacoes-sobre-acessibilidade-de-pessoas-com-deficiencia-no-ensino-superior/>];

- Participação na organização do III Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica e do III Fórum Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das Instituições Públicas da Educação Superior e Profissional Tecnológica (IPESPTEC), que será realizado nos dias 23 a 27 de novembro, online;
- Estruturação de salas para o NAI em cada *campi* (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios). Reforma da sala em Seropédica, com apoio da PROEXT e do GT Acessibilidade Física do NAI;
- Elaboração de propostas para suporte e apoio aos estudantes com deficiência intelectual;
- Elaboração de propostas para suporte e apoio aos estudantes com surdez;
- Elaboração de propostas para suporte e apoio aos estudantes com autismo;
- Manutenção da tutoria pedagógica e criação da tutoria de conteúdo;
- Criação do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica, numa parceria NAI/PROEXT e PROGRAD, para seleção de interpretes de Libras e Audiodescritores;
- Participação nas equipes de pesquisa e implementação de ações de acessibilidade no Sigaa e no Moodle, a partir da parceria com a COTIC, e seleção de bolsistas de Treinamento de Capacitação Técnica por meio do Edital nº 1 da PROEXT/UAB/REITORIA/Projeto + CASAS DE INOVAÇÃO;
- Análise e planejamento das ações necessárias para atender à Portaria Interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020, que dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais;
- Revisão do texto da minuta da política institucional sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior na UFRRJ, após 05 (cinco) meses de consulta pública *online*, para posterior aprovação nas instâncias superiores.

A aprovação e institucionalização da Política de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ é importante para consolidarmos as ações, em grande parte já em andamento, planejadas e sistematizadas pela equipe permanente, a partir dos diferentes grupos de trabalho, a saber:

a) GT Acolhimento

- A produção de orientações aos coordenadores de curso sobre o ingresso e o acolhimento de alunos com deficiência;
- Priorizar a locação das salas em pisos inferiores para os discentes com deficiência;

- Propor ações de acolhimento e integração nos diversos setores de atendimento ao público;
- A elaboração de uma ficha de cadastro para reunir informações necessárias dos alunos com deficiência ingressantes na UFRRJ.

b) GT de Acessibilidade Curricular e Pedagógica

- Disponibilizar avaliações em formatos acessíveis para o atendimento das especificidades do discente com deficiência;
- Assegurar a dilatação de tempo (até 60 minutos) na resolução das avaliações e trabalhos acadêmicos;
- Promover avaliações que considerem a singularidade da pessoa com deficiência, tais como: prova individualizada, oral, sinalizada, ampliada, em Braille, em Libras, com recursos de tecnologia assistiva, com autorização para a presença de tutor/monitor de apoio ou intérprete de Libras em sala, entre outros;
- Autorizar, quando necessário, a ampliação do tempo de integralização do curso (até 25% do tempo máximo regular), quando a Equipe NAI/UFRRJ julgar pertinente;
- Sistematizar ações no âmbito da diferenciação curricular na perspectiva do desenho universal aplicado à aprendizagem;
- Incluir nos Projetos Pedagógicos de Curso conteúdos curriculares relacionados à deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Oferecer apoio acadêmico a discentes com deficiência por meio do programa de monitoria/tutoria;
- Flexibilizar as regras de mudança de curso para os discentes com deficiência (transferência interna, intracampi, recepção no curso, entre outros).

c) GT de Formação Continuada

- Desenvolver cursos de formação continuada sobre temas de acessibilidade e inclusão e/ou a eles relacionados para técnicos administrativos e docentes, tutores/monitores de apoio pedagógico e demais agentes públicos que atuam na UFRRJ;
- Institucionalizar e certificar a formação continuada sobre temas da acessibilidade e inclusão e/ou a eles relacionados para técnicos administrativos e docentes, tutores/monitores de apoio pedagógico e demais agentes públicos que atuam na UFRRJ com apoio da CODEP;
- Criar mecanismos de incentivo à formação em acessibilidade e inclusão para técnicos administrativos e docentes, tutores/monitores de apoio pedagógico e demais agentes públicos que atuam na UFRRJ;
- Efetivar a realização de cursos de Libras, Braille, Sorobã, Audiodescrição, entre outros, para técnicos administrativos e docentes, tutores/monitores de apoio

pedagógico e demais agentes públicos que atuam na UFRRJ, conforme a demanda identificada e/ou solicitada;

- Oferecer cursos de formação continuada aos coordenadores dos cursos de graduação presencial da UFRRJ, para facilitar a identificação das demandas de inclusão dos discentes com deficiência nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Realizar eventos anuais sobre a acessibilidade e inclusão;
- Inserir nos eventos científicos da UFRRJ a discussão da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação nos diferentes âmbitos da sociedade.

d) GT de Comunicação, Informação e Tecnologia Assistiva

- Oferecer suporte e consultoria nas compras de equipamentos de tecnologia assistiva para o NAI/UFRRJ;
- Oferecer suporte e consultoria nos editais de seleção para a concessão de auxílio financeiro para a aquisição de equipamentos/materiais de acessibilidade a discentes dos cursos de graduação presenciais da UFRRJ;
- Acompanhar a implementação do módulo relativo às necessidades educacionais de pessoas com deficiências no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica (SIGAA) entre os alunos com deficiência e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC);
- Monitorar e avaliar a usabilidade do módulo relativo às necessidades educacionais especiais (NEE) no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica (SIGAA) entre os alunos com deficiência e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC);
- Realizar um levantamento das demandas tecnológicas das sedes do NAI/UFRRJ para a compra dos materiais necessários;
- Indicar e acompanhar a acessibilidade nos sítios da internet vinculados a UFRRJ e identificá-los com o símbolo de acessibilidade em destaque;
- Estimular e apoiar a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras;
- Disponibilizar informações acessíveis sobre os diferentes serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual;
- Nos eventos oficiais da Universidade: a) oferecer interpretação em Libras para as pessoas surdas; b) oferecer audiodescrição para as pessoas com deficiência visual (cegos e baixa visão); c) oferecer condições de acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva.
- Nas bibliotecas da Universidade: a) disponibilizar acervos digitais; b) disponibilizar materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis (ex. gravações em Libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada; c) oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de

materiais bibliográficos impressos e digitais, computadores com softwares leitores e ampliadores de tela, impressão em Braille, scanner leitor de textos, scanner digitalizador de imagens, entre outros equipamentos e serviços de acessibilidade.

- Nos laboratórios de informática da Universidade: a) oferecer computadores acessíveis com leitor de tela, fones de ouvido e softwares ampliadores de tela, teclados para pessoas com baixa visão, entre outros; b) reservar computadores acessíveis e sinalizá-los como preferenciais.

e) GT de Políticas de Estágio

- Acompanhamento da permanência dos alunos no estágio por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica (SIGAA);
- Mapear as instituições públicas e privadas que oferecem estágio obrigatório e não obrigatório para os câmpus de Nova Iguaçu, Seropédica e Três Rios;
- Disponibilizar uma ferramenta de cadastro de vagas para no site do NAI/UFRRJ para que as empresas possam preencher e oferecer oportunidades de estágio;
- Realizar o acompanhamento dos alunos durante o estágio por meio de ações elaboradas pelas Comissões de Estágio Supervisionado Obrigatório e Estágio Não Obrigatório quando necessário solicitar orientações a Equipe NAI/UFRRJ;
- Disponibilizar aos estudantes com deficiência apoio pedagógico ou tecnológico (tecnologia assistiva) durante os estágios;
- Propor parceria com agentes de integração, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Fundação Movimento Universitário Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação MUEDES), entre outros.

f) GT de Acessibilidade Física

- Propor ações seguindo o estabelecido na LBI nº 13.146/15, nas normas da ABNT NBR 9050/2015 e ABNT NBR 16537/2016 e o que está presente no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ para as ações deste GT;
- Propor ações de infraestrutura na Universidade para a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- Propor reformas que contemplem acessibilidade das pessoas com deficiência (piso tátil e sinalização em Braille e mobiliários);
- Propor a construção de novos espaços acessíveis, tais como: salas de aula, restaurante universitário, alojamentos, sala de estudos, entre outros;
- Contratar projetos de acessibilidade;
- Comprar placas de atendimento preferencial para sinalizar o mobiliário e equipamentos preferenciais para pessoas com deficiência;
- Atender as demandas da Portaria Interministerial de setembro de 2020.

g) GT de Libras, Inclusão e Educação de Surdos

- Implementar e disseminar a Libras na UFRRJ com cursos e formações sobre a Inclusão e Educação de Surdos
- Apoiar projetos de formação de profissionais na área de Libras e fomentar cursos de formação continuada servidos e discentes da UFRRJ, em parceria com Escola de Extensão e CODEP.
- Orientar e apoiar as coordenações de cursos, docentes, tutores na elaboração de atividades e materiais pedagógicos que considerem as especificidades dos estudantes surdos.
- Supervisionar e acompanhar os intérpretes que atuam que integram o Programa de Residência em Iniciação Profissional – Libras e do Treinamento de Capacitação Técnica (CTC).

Dentre as ações previstas e planejadas pelos Grupos de Trabalho, compreendemos que a implementação do módulo de acompanhamento dos estudantes com deficiência no ensino superior no SIGAA é fundamental e deve ser realizada imediatamente, após a aprovação da Política de Acessibilidade e Inclusão, considerando que por meio dele será possível otimizar o trabalho desenvolvido pela equipe do NAI com os colegiados de curso e os docentes que tenham em suas turmas esses estudantes.

Diante do trabalho realizado no período, avaliamos que avançamos em termos institucionais, mas ainda temos enormes desafios, considerando, sobretudo, os cortes orçamentários das IES e a extinção de cargos como o de intérprete de Libras e outros necessários para garantir a acessibilidade de parte destes estudantes. Para tal, propomos um conjunto de ações institucionais para o quadriênio 2021 a 2025 para consolidar e ampliar as ações de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências na UFRRJ.

4.3.4. Propostas e ações para o quadriênio 2021-2025:

- Consolidar a política institucional sobre inclusão e acessibilidade na instituição como um todo, incluindo o CTUR, considerando que o NAI não é um setor deliberativo, mas sim um setor transversal que formula propostas de inclusão e acessibilidade e tem caráter consultivo e de assessoria, a fim de oferecer suporte educacional aos estudantes com deficiência em colaboração com os colegiados de curso;
- Contratar recursos humanos de diferentes áreas, como intérpretes de LIBRAS, audiodescritores, revisores de material acessível, entre tantos outros (por exemplo, design para a produção de materiais que garantam a acessibilidade comunicacional);
- Apoiar e consolidar, por meio de deliberação institucional, o trabalho realizado pela comissão multidisciplinar de ingresso;
- Garantir lotação permanente de recursos humanos no NAI;
- Garantir uma coordenação com dedicação exclusiva para o NAI;

- Criar e apoiar programas institucionais com editais específicos para pesquisas e projetos de extensão, que criem produtos e programas sobre acessibilidade e usabilidade tecnológica para pessoas com deficiências;
- A partir do diagnóstico elaborado pelo GT Acessibilidade Física, ampliar as rotas de acessibilidade tal qual já adotado em outras Instituições de Ensino Superior;
- Criar pontos de acessibilidade tecnológica nos diferentes *campi* da UFRRJ, priorizando as bibliotecas;
- Manter os editais de Acessibilidade e de Aquisição de Equipamentos de Tecnologia Assistiva, bem como ampliar o acesso a outros programas de apoio para permanência aos estudantes com deficiências que não se enquadram nas regras do PNAES;
- Orçamento próprio para gerir as demandas do setor;
- Fomentar programas e cursos de formação continuada para os servidores da UFRRJ na área de acessibilidade e inclusão na Educação Superior;
- Fomentar ações de acessibilidade aos acervos físicos das bibliotecas da UFRRJ.

4.4. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA PERMANENTE DE GÊNERO E DIVERSIDADE

Esta proposta dialoga com a atuação combativa do Movimento Estudantil da UFRRJ, que há anos tem se levantado contra o machismo, a misoginia e a violência contra a mulher dentro e fora dos campi da nossa Universidade.

Apesar dos esforços realizados no período mais recente – no sentido de abrir prontamente processos disciplinares discentes, sindicâncias e processos administrativos disciplinares para a devida apuração e, quando necessário, recomendar a devida punição às autoridades instauradoras –, constatamos que ainda há muito para se avançar.

Por outro lado, existe um conjunto de temas – como parentalidade e direitos reprodutivos, igualdade de condições quanto à produção acadêmica, dentre outros – que têm sido levantados por docentes, técnicas administrativas e discentes, dentro e fora da UFRRJ, que merecem discussão e podem subsidiar a elaboração de uma política de promoção de igualdade de gênero e diversidade na UFRRJ.

Por todas essas razões, propomos a criação de uma Secretaria **Permanente de Gênero e Diversidade**, de caráter consultivo, vinculado diretamente à Reitoria, que terá como objetivo institucionalizar e coordenar a construção de uma **Política de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres**. Para tanto, a Secretaria se organizará a partir de três eixos de atuação:

- I. Organização de programas para atuação pedagógica constante e o enfrentamento da violência, mediante o assessoramento ao funcionamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- II. Estruturar programas para as mulheres de todos os segmentos da comunidade universitária – servidoras docentes e técnico-administrativas, e discentes – e para todos os *campi*, bem como o CTUR; e

- III. Elaborar ações transversais integradas às pró-reitorias e demais setores da UFRRJ, para construção dos programas, articulando ensino, pesquisa e extensão; estruturar os protocolos de acolhimento a vítimas de violência e divulgar; implementar e aperfeiçoar os procedimentos já aprovados na UFRRJ.

A partir desses três eixos de atuação, a **Secretaria Permanente de Gênero e Diversidade** também terá atribuição de:

- a) Assessorar as unidades administrativas e acadêmicas na adoção de medidas institucionais de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento à violência contra as mulheres na UFRRJ;
- b) Elaborar diagnósticos e dados que instrumentalizem a realização de ações a serem implementadas pelas unidades acadêmicas e administrativas;
- c) Propor ações e iniciativas transversais que contribuam para maior igualdade de gênero e respeito à diversidade na UFRRJ;
- d) Atuar na articulação de parcerias internas e externas à UFRRJ que contribuam para a efetivação das ações propostas pelo Núcleo;
- e) Elaborar um planejamento de ações de curto, médio e longo prazo a serem implementadas pela Secretaria, em parceria com as Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis, de Graduação, Extensão, Pós-Graduação e Pesquisa e Gestão de Pessoas, bem como as demais unidades acadêmicas e administrativas da UFRRJ;
- f) Coordenar o processo de discussão e de elaboração dos princípios e diretrizes da minuta de **Política de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres**, a ser submetido à apreciação e aprovação dos conselhos superiores da UFRRJ.

4.5. CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE NA UFRRJ

No Brasil, as últimas duas décadas ficaram marcadas pela adoção de uma agenda governamental, em nível federal, direcionada à implementação de políticas educacionais de ampliação do acesso e permanência ao ensino superior público, criando oportunidades aos estudantes oriundos de setores economicamente mais vulneráveis.

Os programas governamentais que possibilitaram a viabilização desta agenda governamental foram: a) o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007; b) o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2010; c) o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2010; d) a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas; e) o Programa Bolsa Permanência do MEC, criado em 2013.

A implantação do programa REUNI possibilitou a criação de novas universidades e novos *campi*, interiorizando o acesso ao ensino superior público no Brasil, cujos impactos no desenvolvimento regional ainda não foram suficientemente analisados e mensurados pelas pesquisas acadêmicas.

A implantação do ENEM/SISU permitiu uma ampliação do acesso de egressos de escolas públicas às universidades federais, encerrando a experiência do “funil” representada pelos vestibulares, que represava a entrada da maioria dos estudantes mais pobres e oriundos de escolas públicas às universidades.

A Lei de Cotas pode ser considerada como a política de ação afirmativa mais importante criada no Brasil, pois pela primeira vez o Estado reconheceu não apenas a ligação entre desigualdade educacional e desigualdade social, como também a existência do racismo estrutural, e propôs uma ação concreta em direção à sua progressiva superação. A partir dela, as IFES passaram a reservar 50% das vagas para estudantes de escolas públicas e, para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, na proporção estimada pelo Censo do IBGE para a unidade da federação onde está localizada a IFES.

Posteriormente, aprovou-se a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

No âmbito das políticas de permanência, a criação do PNAES representou uma conquista dos setores organizados da sociedade, pois se garantiu que a assistência estudantil fosse concebida como um direito, e não mais como um favor ou caridade. A finalidade deste programa foi de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, mediante a alocação de recursos orçamentários específicos para o financiamento das ações de assistência estudantil.

Por fim, o MEC publicou a Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, criando o Programa Bolsa Permanência (PBP) para viabilizar a permanência, nos cursos de graduação, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial indígenas e quilombolas.

A criação do PNAES e do PBP possibilitaram que milhares de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica pudessem permanecer nas IFES e concluir as suas graduações. Sem a existência destes programas, a democratização do acesso ao ensino superior público não seria viabilizada, haja vista que os estudantes vulneráveis não teriam condições materiais de permanecer nas IFES.

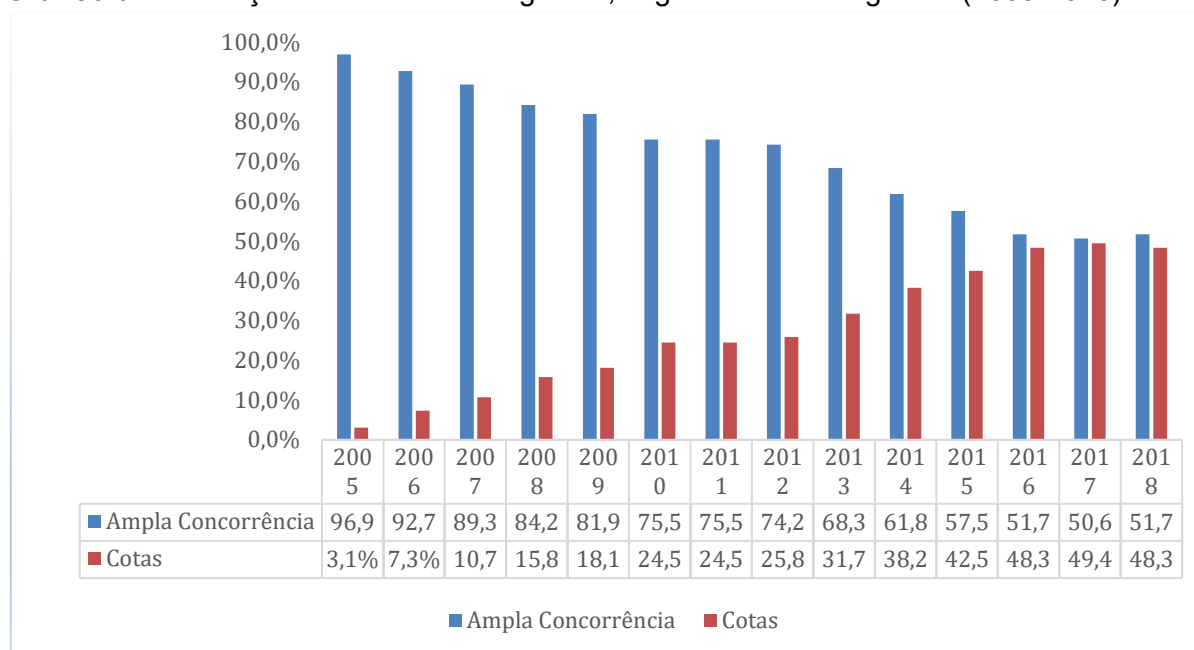
Esse conjunto de políticas contribuiu para ampliar significativamente o acesso ao ensino superior público brasileiro, modificando o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ingressos nos cursos de graduação nas IFES, conforme ficou demonstrado na divulgação dos dados da IV e V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos(as), realizadas, respectivamente, em 2014 e 2018, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Nestas pesquisas podemos verificar o aumento da presença das mulheres nos cursos de graduação que, em 2014, representavam 52,37% do total da amostra, passando para 54,6% do total em 2018. Em relação aos estudantes autodeclarados pretos, observamos que representavam 9,9% do total da amostra na pesquisa de 2014, passando para 12% do total em 2018. Em relação aos estudantes autodeclarados pardos, representavam 37,7% do total da amostra em 2014, passando para 39,2%, em 2018. Ao somarmos os percentuais de estudantes pretos e pardos, que na pesquisa de 2014 representavam 47,6% do total, passando para 51,2% do total, em 2018.

No que diz respeito à renda bruta familiar *per capita*, os estudantes com renda de até 1,5 salários mínimos representavam 66,19% do total da amostra em 2014, passando para 70,2% do total em 2018. Em relação ao tipo de escola de ensino médio cursada, observa-se que em 2014, 64,02% dos entrevistados estudaram integralmente, ou na maior parte do tempo, em escolas públicas, sendo que na pesquisa de 2018 este percentual passou para 64,07% do total da amostra.

O efeito da adoção da Lei de Cotas pelas IFES também é claramente verificado nos resultados divulgados pela V Pesquisa, pois à medida em que o ano de ingresso do estudante se aproxima do presente, observa-se uma tendência de diminuição do percentual de ingressantes por ampla concorrência e, contrariamente, um aumento do percentual dos estudantes cotistas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 01 - Evolução das formas de ingresso, segundo ano de ingresso (2005-2018):



Fonte: ANDIFES/FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES.

Os resultados apresentados anteriormente demonstram, de maneira inequívoca, que as políticas de expansão e interiorização do ensino superior público, associadas às mudanças implementadas nas políticas de ingresso por meio do sistema ENEN/SISU e pela Lei de Cotas, tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas IFES, de modo que estas passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira.

Tal impacto pode ser observado no aumento numérico da presença de estudantes mulheres, dos autodeclarados pretos e pardos, dos indígenas, cuja renda bruta familiar *per capita* encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades. Ademais, a heterogeneidade destes públicos matriculados nas IFES também atesta o êxito das políticas afirmativas, adotadas ao

longo da última década, como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior público.

4.5.1. A construção de políticas institucionais na UFRRJ para o atendimento das demandas de ampliação do acesso e da permanência

Na UFRRJ, quando a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) foi aprovada, havia uma previsão de cumprimento da reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, de forma gradual e escalonada. Porém, os(as) Pró-Reitores de Graduação e de Assuntos Estudantis entenderam que a UFRRJ já dispunha, naquele momento, de condições de atender imediatamente o percentual de 50%, posto que, antes da existência dessa Lei, esse percentual já estava sendo atingido pela Instituição.

Paralelamente, para atender às demandas de inclusão das Pessoas com Deficiência (PCD) matriculadas nos cursos de graduação, aprovou-se no CEPE a criação do Núcleo de Inclusão no Ensino Superior (NIES), por meio da Deliberação nº 112 em 12 de julho de 2012. Este núcleo funcionou de 2012 a 2018 como uma comissão de servidores da UFRRJ. A partir de abril de 2019, com base na Deliberação nº 112 de 2012 e por meio da Portaria 395 da Reitoria, criou-se o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), com regulamentação da sua estrutura e do seu funcionamento. Atualmente, o NAI oferece apoio educacional aos estudantes de graduação com deficiências, assim como às bancas de ingresso instituídas após a lei de reserva de vagas de 2017.

A criação e implementação do PNAES possibilitou à UFRRJ não apenas fortalecer as áreas de assistência estudantil nas quais já atuava (alimentação e moradia), mas também ampliar a sua atuação para novas áreas, mediante a criação de novas modalidades de auxílios financeiros (moradia, transporte, alimentação, didático pedagógico e esporte), o que permitiu uma maior cobertura dos estudantes atendidos em seus três *campi*.

Posteriormente, com a criação do Programa de Auxílios de Assistência Estudantil (PAAE/UFRRJ), instituído pela Deliberação nº 15, de 31 de março de 2017, os estudantes de graduação presencial passaram a contar com as seguintes modalidades de apoio: Auxílio Financeiro à Moradia, Auxílio Não Financeiro à Moradia, Auxílio Financeiro à Alimentação, Auxílio Não Financeiro à Alimentação, Auxílio Financeiro ao Transporte, Auxílio Financeiro Didático/Pedagógico, Auxílio de Incentivo ao Esporte, Auxílio Creche, Auxílio Acessibilidade e Auxílio Emergencial. Em 2020, frente à situação criada pela pandemia, criamos mais uma modalidade de auxílio, o Auxílio Financeiro de Inclusão Digital (Deliberação nº 77/2020 – SAOC, de 10/07/2020), a fim de apoiar a realização dos estudos continuados emergenciais.

Além das ações institucionais voltadas à permanência dos estudantes na Instituição, adotamos medidas de reconhecimento da identidade de gênero, mediante a aprovação da Deliberação nº 73, de 11 de outubro de 2016, que assegura a possibilidade de inclusão do nome social de estudantes travestis e transexuais, regularmente matriculados em todos os *campi* da UFRRJ.

Posteriormente, aprovamos medidas voltadas ao combate das manifestações de preconceito ou discriminação, decorrentes das diferenças de gênero, étnico-raciais, de religião, origem, idade, situação social, econômica e cultural, orientação sexual e identidade de gênero, as quais constam no Código de Conduta Discente da

UFRRJ (Deliberação nº 45, de 31/08/2018). Na sequência também aprovamos a criação da Política de Acolhimento às Pessoas em Situação de Violência na UFRRJ (Deliberação nº 58, de 30/09/2020), que prevê a criação de protocolos de atendimento para a prevenção dos diversos tipos de violência, bem com a desconstrução de preconceitos.

Tendo em vista a necessidade da realização de um balanço da implementação da política de reserva de vagas na graduação (Lei de Cotas), bem como das ações de permanência institucionalizadas na última década, que possibilite a construção de princípios e diretrizes para uma **Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFRRJ**, estamos propondo as seguintes ações para o próximo quadriênio:

- a) Realização de pesquisa, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos (taxa de sucesso, evasão e retenção, tempo de titulação, entre outros), para avaliar os resultados alcançados pela UFRRJ desde a implantação da reserva de vagas, em cumprimento à Lei de Cotas, nos cursos de graduação presencial e com a implantação das ações de assistência estudantil financiadas com recursos do PNAES;
- b) Realização de pesquisa, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos, para avaliar a inserção dos estudantes cotistas em projetos de iniciação científica e de extensão universitária;
- c) Realização de pesquisa, a partir de indicadores quantitativos e qualitativos, para avaliar a inserção dos estudantes cotistas nos programas de pós-graduação da UFRRJ e de outras IFES;
- d) Realização de seminários nos três *campi*, abertas à participação de integrantes dos três segmentos da UFRRJ, para a realização de um balanço das políticas institucionais de acesso (reserva de vagas), de permanência (assistência estudantil) e de combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação;
- e) Realização de seminários temáticos nos três *campi* para a discussão e proposição de princípios e diretrizes de uma **Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFRRJ**, tendo por base as ações já implantadas na instituição e oriunda do debate dos seguintes temas: a) gênero e diversidade sexual; b) relações étnico-raciais; c) acessibilidade e inclusão.
- f) Sistematização das demandas, críticas e sugestões feitas nos seminários temáticos realizados nos três *campi*, objetivando traduzi-las em diretrizes gerais e específicas da Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFRRJ;

Encaminhamento da minuta da **Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFRRJ** para apreciação e aprovação do CONSU, a fim de torná-la uma referência na articulação de ações institucionais transversais a serem implementadas pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas.

4.6. PROPOSTAS PARA A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NOS CAMPI:

As ações de vigilância promovidas pela UFRRJ são executadas tendo como base as orientações e princípios estabelecidos no Regulamento Interno Temporário da Divisão de Guarda e Vigilância (DGV), aprovado por meio da Deliberação nº 41 de 17/10/2005, em consonância com a legislação pertinente. No Art. 4º desta Deliberação estão previstas as seguintes atribuições à DGV:

- a) Dirigir e executar a guarda e vigilância diurna e noturna na área da Universidade, mantendo estreita e direta articulação com a Reitoria que deverá ser notificada sobre irregularidades ocorridas;
- b) Efetuar a detenção de qualquer pessoa surpreendida na prática de qualquer ilícito penal na área da Universidade, dando conhecimento às autoridades e apresentando o detido à autoridade policial competente;
- c) Providenciar a apresentação à autoridade competente, de testemunha de fatos delituosos ocorridos na área da Universidade, ou que forem requisitados para depor perante qualquer órgão oficial de segurança;
- d) Prestar informações aos órgãos congêneres sobre assuntos que se relacionem com quaisquer dos membros da comunidade local ou com fatos ocorridos na área da Universidade e executar diligências que lhe sejam solicitadas;
- e) Manter permanente colaboração com os órgãos de segurança congêneres;
- f) Prestar auxílio ou socorro a qualquer membro da comunidade, em caso de exceção;
- g) Escoltar e proteger autoridades;
- h) Dirigir a execução do serviço de combate ao fogo na área da Universidade ou a ela circunvizinha, como medida de segurança;
- i) Portar arma de fogo institucional (suspensa em função da Lei do Desarmamento);
- j) Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

4.6.1. Contextualizando a situação da segurança nos campi da UFRRJ:

A inauguração do *campus* da Universidade Rural no município de Itaguaí, em 1947, conferiu à mesma um conjunto de especificidades que a distinguiam das demais instituições universitárias.

A primeira delas diz respeito ao fato desta ter sido sediada em um *campus* com a segunda maior área de terras entre as universidades públicas brasileiras, dada a necessidade de áreas de experimentação agrícola e pecuária e, também, para a realização de aulas práticas nos cursos das ciências agrárias.

Sendo assim, desde o início a UFRRJ foi desafiada a garantir o monitoramento, o controle do acesso, transporte e a segurança da comunidade universitária, bem como do patrimônio contido em sua extensa área de 3.500 hectares, para o qual contou com o efetivo de vigilantes lotados na DGV.

Na época em que o *campus* da UR foi fundado, a região onde se localiza o município de Itaguaí se caracterizava pelo predomínio das áreas rurais, situação que foi paulatinamente se invertendo, com a construção das rodovias e com o crescimento populacional, impulsionado pelo processo de industrialização e urbanização do estado do Rio de Janeiro, em particular da sua região metropolitana.

A segunda especificidade do *campus* de Seropédica diz respeito ao fato desta ter sido projetada para garantir a permanência dos três segmentos da comunidade universitária, de tal modo que foram construídos Próprios Residenciais Nacionais (PNR's) para servirem de residência a docentes e técnicos administrativos, alojamentos para estudantes, um restaurante universitário e a uma sede física para a Cooperativa de Estudantes, a CAUR, tendo em vista que na época não havia a possibilidade dos municípios do entorno ofertarem tais serviços.

Com o tempo, outras estruturas foram construídas para garantir melhores condições de permanência à sua comunidade universitária, entre as quais estavam: a) Hotel Universitário, para a hospedagem de professores e visitantes; b) Posto Médico, para prestar atendimento aos membros da comunidade universitária; c) Clube Social, para a realização de festas e eventos comemorativos; d) Lavanderia; e) Escolinha do Instituto de Zootecnia, para oferecer educação básica aos filhos de professores e servidores, entre outras.

A terceira especificidade diz respeito ao fato de que a Universidade Rural, desde a sua origem, sempre recebeu estudantes e professores oriundos de diversos estados do Brasil e, também, de outros países, característica que ainda hoje se mantém. Tal característica influenciou na diversidade cultural existente na instituição, que se manifesta na presença de inúmeros grupos de expressão cultural e de extensão universitária.

A quarta especificidade do *campus* de Seropédica diz respeito ao fato deste possuir um dos mais belos patrimônios arquitetônicos e paisagísticos entre as IFES do Brasil e do mundo, razão pela qual é um espaço muito visitado pela população de Seropédica e dos municípios adjacentes, principalmente nos finais de semana e feriados. O aumento da circulação de pessoas pelo *campus* impacta diretamente no trabalho de monitoramento do acesso e de ronda motorizada feito pela DGV.

A quinta especificidade da Universidade Rural diz respeito ao fato desta ser a única IFES do estado do Rio de Janeiro inserida na região da Baixada Fluminense, um território marcado por fortes contradições sociais e econômicas e com elevados índices de criminalidade, que afetam a população como um todo e também a comunidade universitária, ampliando os desafios na melhoria das condições de segurança institucional.

Por essas razões, relacionadas à sua constituição histórica, o *campus* de Seropédica da UFRRJ conta atualmente com cerca de 400 (quatrocentos) Próprios Residenciais Nacionais (PNR's). Parte desses PNR's são funcionais e outros são utilizados como moradia para servidores docentes e técnicos administrativos. A política de seleção de servidores para ocupação desses PNR's segue regulamentação própria, atualizada por essa gestão, e os mesmos contribuem com pagamento de taxas proporcionais ao valor do PNR, bem como são responsáveis pelas respectivas taxas de serviços e pela sua manutenção e preservação.

No que se refere à Residência Estudantil, cumpre registrar que a UFRRJ dispõe atualmente de 12 (doze) Alojamentos Universitários, dos quais 6 (seis) servem de

moradia para estudantes do sexo masculino e 6 (seis) para o sexo feminino, cuja responsabilidade pela gestão do seu uso e conservação está a cargo dos servidores alocados na Divisão de Residência Estudantil (DIRE), subordinada diretamente à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Nestes prédios residem, aproximadamente, 1.600 estudantes, que demandam permanentemente serviços de segurança.

Ao longo da história da instituição, o controle do acesso e da circulação interna de pessoas externas à comunidade universitária sempre foi uma tarefa difícil de ser realizada, em razão do quadro reduzido de vigilantes e do número insuficiente de viaturas e equipamentos adequados que possibilitassem um monitoramento mais efetivo.

Diante desse quadro foram registradas ao longo da história da instituição as seguintes situações: a) ocupações ilegais de terras de propriedade da UFRRJ por invasores; b) criações de animais clandestinas, por moradores das áreas circunvizinhas; c) ocorrências de furtos de máquinas, equipamentos, animais e produtos agrícolas de propriedade da UFRRJ; d) ocorrências de incêndios provocados deliberadamente por pessoas não identificadas; e) agressões e conflitos entre a comunidade residente e a população externa, decorrentes da presença de pessoas estranhas e não autorizadas nas dependências da UFRRJ, entre outros casos.

Nos *campi* de Nova Iguaçu e de Três Rios, a despeito de sua área física ser de menor dimensão, os problemas relacionados à segurança dizem respeito a situações de furto e assaltos que ocorrem nas áreas externas às edificações da UFRRJ, havendo a necessidade do estabelecimento de diálogo com as autoridades de segurança pública no sentido de reforçarem o efetivo policial para a garantia da segurança dos estudantes nos horários de término das aulas, junto às saídas dos *campi* e aos pontos de ônibus.

O controle das situações de insegurança nos *campi* da UFRRJ constitui em uma tarefa difícil e complexa de ser realizada somente pela DGV, sem o apoio das forças de segurança pública, tendo em vista as especificidades da Instituição. Além disso, é preciso considerar também a realidade existente após expansão do número de novos cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Programa REUNI, o que aumentou significativamente a população circulante no interior da universidade, sem que houvesse a contratação de novos vigilantes por concurso ou a contratação de empresas privadas de segurança, naquele momento.

A expansão da UFRRJ impactou também no aumento do número de trabalhadores das empresas contratadas para a execução de obras e prestação de diversos serviços para os quais a instituição não conta mais com servidores efetivos. Essa nova realidade tem provocado uma circulação muito grande de pessoas externas à comunidade universitária.

Diante deste novo contexto social e institucional, o quadro de vigilantes em atividade na UFRRJ até o ano de 2014 era composto por apenas 56 servidores efetivos, o que além de não atender às demandas da instituição, considerando-se a sua expansão, estava em diminuição paulatina do seu efetivo por falta de reposição das vagas dos vigilantes que se aposentavam ou faleciam.

Como agravante, o próprio Ministério da Educação não atendeu às solicitações de abertura de concursos públicos para vigilantes encaminhadas pelas universidades, sob o argumento de que tal cargo foi extinto, por ocasião da reforma do Estado

colocada em prática durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não havendo alternativas de reposição das vagas no âmbito da legislação em vigor.

A despeito desse quadro adverso aqui apresentado, as últimas gestões da Administração Central da UFRRJ, dentro das suas possibilidades, envidaram esforços no sentido de melhorar as condições de segurança no *campus* de Seropédica, entre os quais podemos citar:

- Alocação de servidores redistribuídos oriundos de empresas públicas para reforçar o quadro da DGV;
- Aquisição de uma nova viatura para a DGV efetuar o trabalho de ronda ostensiva no *campus*;
- Estabelecimento de um perímetro de ronda, priorizando-se os locais de maior circulação e os pontos de ônibus no período noturno;
- Realização de reparos junto à rede elétrica e trocas de lâmpadas;
- Realização de parcerias com a Polícia Militar, com vistas a garantir o policiamento ostensivo junto aos pontos de ônibus no final das aulas do período noturno;
- Compra de novos equipamentos e armamento não letal;
- Campanhas de conscientização junto à comunidade universitária para reduzir os riscos de exposição a situações de insegurança, entre outras ações.

Diante deste cenário complexo e da necessidade da adoção de providências urgentes para a melhoria das condições de segurança nos *campi* da UFRRJ, a gestão atual adotou as seguintes medidas, ao longo do período de 2017-2020:

- Estabelecimento de um convênio com a Prefeitura Municipal de Seropédica, no qual a UFRRJ autorizou o uso por tempo determinado de um Próprio Residencial Nacional para servir de sede para a Guarda Municipal, em contrapartida ao monitoramento da segurança ao longo da ciclovia;
- Negociação junto ao Ministério do Planejamento, que garantiu a movimentação de 214 agentes ferroviários da empresa CBTU para a UFRRJ, ampliando o quadro de servidores da DGV e levando a distribuição de servidores nos três *campi* da UFRRJ;
- Aquisição de 02 tratores novos e 01 roçadeira lateral, permitindo execução periódica de serviços de roçada da vegetação do *campus* de Seropédica, melhorando as condições de visibilidade da ronda ostensiva da DGV;
- Licitação de uma empresa de manutenção predial para o *campus* de Seropédica, o que possibilitou o monitoramento e a troca constante das lâmpadas no *campus*;
- Estabelecimento de parceria com empresa estatal chinesa, que possibilitou a instalação de postes de iluminação alimentados por placas de captação de energia solar em áreas de maior circulação do *campus* de Seropédica;
- Aquisição de câmeras e de uma central de monitoramento da DGV na biblioteca nova nesse mesmo *campus*;

- Instalação de câmeras de monitoramento nos corredores dos Alojamentos Femininos;
- Execução de reforma no PNR cedido à DGV, o que possibilitou a melhoria das condições de trabalho da equipe de vigilantes;
- Estabelecimento de diálogo com as autoridades de segurança pública nos municípios nos quais a UFRRJ possui *campi*, de modo a reforçar a ronda ostensiva e preventiva junto às suas edificações, entre outras ações.

Apesar dos esforços dos profissionais da Divisão de Guarda e Vigilância e da equipe da Administração Superior, constatamos que tais iniciativas ainda necessitam ser aperfeiçoadas e fortalecidas, de modo a fazer frente à complexidade das demandas de segurança institucional para o próximo período. Em que pese o fato da movimentação dos servidores da CBTU ter sido uma das ações administrativas mais importantes adotada nos últimos anos para a recomposição do quadro de servidores da DGV, cumpre observar que não se trata de uma ação com longevidade no tempo, tendo em vista que uma parte significativa destes servidores poderá se aposentar nos próximos anos, reduzindo novamente o seu quadro efetivo.

4.6.2. Principais fatores internos que impactam na necessidade de ações de segurança institucional no campus de Seropédica:

- Extensão da área territorial do *campus*, o que exige um esforço permanente no provimento de recursos humanos, de infraestrutura e tecnológicos na garantia da segurança institucional;
- Dispersão da localização dos edifícios onde são realizadas as atividades fins da Universidade, o que obriga os estudantes a percorrerem longas distâncias a pé, ou de bicicleta e, não raro durante o período noturno;
- Inexistência de barreiras físicas ao longo do perímetro do *campus*, o que dificulta o monitoramento e o controle do acesso pela DGV;
- Elevada circulação de membros internos e externos à comunidade universitária no interior do *campus*, o que exige um esforço de intensificação da ronda diurna e noturna dos vigilantes da DGV;
- Permanência da comunidade universitária na condição de residente no *campus*, nos PNR's e Alojamentos Estudantis, que em muitos casos aciona a DGV na resolução de conflitos ou para a ronda preventiva;
- Existência de abundante vegetação rasteira, arbustiva e arbórea, o que exige a execução permanente de serviços de roçada e poda para melhorar as condições de visibilidade do trabalho de ronda mecanizada da DGV e, também, como prevenção a incêndios;
- Existência de uma extensa rede de iluminação das vias públicas, o que exige um monitoramento permanente, bem como a execução de reparos e trocas de lâmpadas queimadas;
- Insuficiência de servidores para atuarem nas portarias dos Alojamentos Universitários, tendo em vista que este cargo foi extinto, o que impõe a

necessidade de se discutir com a comunidade estudantil alojada a elaboração de propostas alternativas para efetuar o controle do acesso aos Alojamentos.

4.6.3. Propostas da chapa para a continuidade das ações de melhoria das condições de segurança dos campi da UFRRJ:

A partir do diagnóstico traçado neste documento, apresentaremos a seguir algumas propostas para a continuidade das ações de melhoria das condições de segurança nos *campi* da UFRRJ:

- Atualizar o Regimento da Divisão de Guarda e Vigilância, em diálogo com os seus servidores e com os integrantes de todos os segmentos da comunidade universitária;
- Dar continuidade à aquisição de câmeras, de modo a concluir a implantação do sistema de monitoramento de segurança iniciado no atual mandato, nos três *campi* da UFRRJ;
- Revisar, em diálogo com as entidades de representação estudantil, a planilha de horário dos ônibus que circulam internamente no *campus* de Seropédica, de modo a melhorar as condições de deslocamento dos estudantes e de sua segurança pessoal;
- Dar continuidade à rotina de execução serviços de roçada e poda para melhorar as condições de visibilidade do trabalho de ronda mecanizada da DGV e, também, como medida de prevenção a incêndios;
- Dar continuidade aos serviços de monitoramento dos locais com problemas de iluminação, a fim de proceder o reparo e a trocas de lâmpadas queimadas;
- Discutir com a comunidade estudantil alojada e a equipe da Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura a elaboração de propostas baseadas em soluções tecnológicas para efetuar o controle do acesso aos Alojamentos, considerando-se a realidade de déficit de servidores para aturem nas portarias;
- Construção de diretrizes para a adoção de uma metodologia de abordagem dos vigilantes da DGV junto à comunidade estudantil, pautada no diálogo e no respeito mútuo e que leve em consideração a diversidade da sua comunidade universitária;
- Conferir prioridade a adoção de ações preventivas, pautadas na interação educativa junto aos integrantes da comunidade universitária, a fim de estabelecermos um ambiente no qual todos contribuam para a melhoria das condições de segurança institucional;
- Estabelecer espaços de debate coletivo para a construção de uma política institucional de segurança, na qual esteja previsto um esforço de capacitação permanente dos servidores da DGV para fazer frente à complexidade das situações existentes em nossa instituição;
- Dar continuidade ao diálogo com as autoridades de segurança pública nos municípios nos quais a UFRRJ possui *campi*, de modo a reforçar a ronda ostensiva e preventiva junto às suas edificações, contribuindo para reduzir as ocorrências de furtos e assaltos nas suas imediações.

4.7. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DA UFRRJ PARA PRODUÇÃO, MANUTENÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS VERTEBRADOS VIVOS NÃO HUMANOS EM ATIVIDADES DE ENSINO OU DE PESQUISA OU EXTENSÃO:

A Chapa **UFRRJéAgente** se compromete a implementar ações para cumprimento dos itens extraídos da Política institucional da UFRRJ para produção, manutenção ou utilização de animais vertebrados vivos não humanos em atividades de ensino ou de pesquisa ou extensão, aprovada no CEPE por meio da DELIBERAÇÃO Nº 19 / 2020 – SAOC, de 05 de maio de 2020, conforme segue:

- a) A administração central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), suas unidades administrativas, acadêmicas, de pesquisa e de extensão, trabalharão de forma integrada para que se estabeleça como princípio a bioética e o bem-estar animal nas questões de produção, manutenção ou utilização de animais vertebrados vivos em atividades de ensino, pesquisa ou de extensão.*
- b) Devem ser implementadas ações ligadas ao cumprimento da legislação quanto a instalação e funcionamento das Comissões de Ética no Uso de animais (CEUAs); ao suporte e à infraestrutura para instalações de produção ou manutenção de animais; voltadas para a adequada utilização de animais vertebrados vivos em atividades de ensino, pesquisa ou de extensão.*
- c) Além disso a UFRRJ trabalhará para propagar os conceitos dos 3Rs (“reduction, refinement e replacement”, que são traduzidos como Redução, Refinamento e Substituição); na capacitação dos recursos humanos envolvidos na manutenção e na utilização ou produção de animais, quanto a ética e os cuidados e uso de animais em experimentação.*

4.7.1. Iniciativas a curto prazo:

I. Criar o Setor de Acolhimento e Monitoramento Animal (SAMA)

Este setor está em fase de consolidação no *campus* Seropédica, com parceria do Instituto de Veterinária e do Hospital Veterinário, para atendimentos de cães e gatos resgatados, reabilitação, castração e promoção da adoção responsável. Cerca de 60 animais estão abrigados no espaço e iniciativas para adoção tem possibilitado que esses animais encontrem lares, para seguirem suas vidas, domiciliados e saudáveis. O projeto de extensão PROJETO AMA permite conduzir os trabalhos com os critérios técnicos e científicos da “medicina veterinária do coletivo” (especialização da medicina veterinária), com apoio da UFRRJ, na forma de infraestrutura física e bolsas, e da FAPUR. Com a criação do setor, podem ser lotados servidores no mesmo, assim ampliando o apoio de pessoal, hoje em grande parte voluntário.

A proposta passa pela institucionalização das ações, com inserção acadêmica da proposta, como já pode ser visto pelos resultados positivos obtidos até o presente. Ainda, proporcionar atividades de extensão, com oferta de capacitação para equipes de prefeituras municipais, visando fortalecer ações de saúde coletiva e do SUS, que serão então integradas na rotina do setor.

II. Capacitação de servidores da DGV e ações de advertência e controle:

- **Promover capacitação em vigilância ambiental**, por livre adesão de servidores da DGV e outros setores da UFRRJ.
- **Promover capacitação em Formação de Oficiais de Controle Animal (Curso FOCA)**: o curso é uma experiência construída na América Latina, ao longo de anos de estudos direcionados à realidade socioeconômica do continente, com o objetivo de humanizar a relação “humano x não humano”, iniciativa que mudou a política de controle de animais para o manejo populacional e adoção responsável.
- **Projeto “Cãopanheiro”**: trata-se de projeto piloto com o objetivo de sediar canis em setores estratégicos do *campus* Seropédica, para que cães comunitários sejam cuidados nesses espaços até sua adoção. Esses cães farão companhia para servidores da DGV em plantão, com rotatividade de animais, sempre priorizando a adoção. Ao ser adotado, outro cão será inserido no canil. O manejo comportamental e o bem estar animal serão os valores para o projeto, com a equipe do SAMA sempre subsidiando as ações. Animais equilibrados e saudáveis tem maiores possibilidades de serem adotados e os cães do projeto “Cãopanheiro” serão cuidados para uma boa saúde física e mental. Um grupo de servidores da DGV já vem apoiando a causa animal, voluntariamente, e poderão ser mediadores da experiência.
- **Coibição do abandono de cães e gatos**: colocação de placas de advertência e controle de entrada e saída de veículos com animais no interior.

III. Prover o suporte necessário para as CEUAs

As Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) da UFRRJ devem ser integradas ao sistema de gestão da universidade, nos casos em que não há um sistema próprio para que possam desempenhar seu papel legal, assegurando o cumprimento de suas obrigações, em especial, as que se destinam à supervisão das atividades de produção, ensino ou pesquisa científica com animais.

4.7.1. Iniciativas a médio prazo:

- Diagnosticar e adequar infraestrutura para as instalações de produção e/ou de manutenção de animais produção de animais vertebrados vivos em atividades de ensino, pesquisa, ou de extensão.
- Discutir estratégias e implementar ações para regularização e criação de infraestrutura de biotérios, compatíveis com as disposições do CONCEA e Resoluções do CFMV, e demais legislações pertinentes.
- Propagação dos conceitos dos 3Rs na capacitação dos recursos humanos envolvidos na manutenção e na utilização ou produção de animais, quanto a ética e os cuidados e uso de animais em experimentação.
- Promover discussão ampla sobre questões de objeção de consciência em relação ao uso de animais em atividades de ensino ou de pesquisa ou extensão.

- Inclusão de conteúdo sobre Bioética e bem-estar animal em todos os programas/cursos de pós-graduação (stricto e lato sensu), cursos de graduação e cursos de nível médio (técnico) ou de extensão, que envolvam em suas atividades de ensino ou de pesquisa ou extensão animais vertebrados vivos.

4.8. Propostas e ações no âmbito do campus de Campos dos Goytacazes:

O Campus Campos dos Goytacazes (CCG) foi criado em 1991 com a transferência da estação experimental do antigo PLANALSUCAR para a UFRRJ. O CCG responsabiliza-se pela continuidade da pesquisa no setor canavieiro e representa um importante centro de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão agropecuária nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Além desta ação de pesquisa, o CCG vem ampliando o seu leque de culturas e ações na região e para fora dela, com parcerias diversas, regionais, nacionais e internacionais.

A equipe do CCG é composta de servidores técnico-administrativos altamente qualificados, com atuação nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Sul da Bahia. No CCG foram geradas e difundidas inovações tecnológicas, através da Rede Interinstitucional para o Desenvolvimento do Setor Sucro-Alcooleiro – RIDESA, convênios com empresas, eventos especiais, cursos, palestras, além do fornecimento de produtos e serviços pelo Centro de Análises (CA). Destaque ainda para a experimentação referente ao projeto - Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (PMGCA), pioneiro na obtenção de novas variedades e que vem permitindo grandes avanços no país na produção sucro-alcooleira.

Nesse sentido, as propostas abrangem setores distintos da UFRRJ, abaixo sumarizadas:

4.8.1. Propostas da PROEXT, PROPPG, PROGRAD:

- Continuar a parceria no atendimento das demandas do CCG em contratos e convênios em projetos de pesquisa que envolvem a FAPUR (DRCI/PROEXT);
- Apoiar projetos de extensão tecnológica, eventos e cursos, que envolvam o CCG;
- Fortalecer parcerias em projetos de extensão junto a outras Instituições públicas como UENF, IFF e UFF, presentes na cidade de Campos, e em demais estados do Brasil, com apoio dos servidores técnicos do CCG;
- Com a aprovação em 2019 da Deliberação da Câmara de Extensão, o CCG passará a fazer parte, pela primeira vez na Câmara de Extensão, através da já existente Comissão de Extensão no CCG. O que dará maior autonomia à unidade e fortalecerá parcerias;
- Priorizar e divulgar as ações do CCG em eventos da PROEXT, aumentando ainda mais a sua visibilidade e valorizando seus servidores;
- A PROPPG irá apoiar projetos de pesquisa, com inclusão em editais de agências de fomento (FINEP, FAPERJ e outras), sempre que pertinente, bem como nas parcerias com outros campi e instituições;

- Apoiar o cadastro de laboratórios multiusuários e grupos de pesquisa do CCG no SIGAA e em plataformas do MCTIC;
- Dar suporte administrativo e acadêmico em cursos de pós-graduação lato sensu, a exemplo do primeiro curso ofertado em 2018 (<http://campuscg.ufrj.br/pos-graduacao/>) e já concluída a primeira turma em 2019, com Coordenação e ampla participação de técnicos do CCG - o Curso de Pós Graduação em Tecnologia da Produção e Usos da Cana-de-açúcar;
- Na PROGRAD, serão divulgadas as ações do CCG no sentido de ampliar oportunidades de estágios para os alunos de graduação, bem como estimulada a inserção de seus técnicos em cursos e eventos promovidos através de meios remotos ou presenciais.

4.8.2. Propostas gerais:

- Apoio da PROPLADI (CODIN) na elaboração participativa do planejamento tático e estratégico do campus para os próximos anos;
- Investimento na aquisição de sistema de vigilância eletrônica, para suporte ao setor, que foi fortalecido em 2018, com a vinda de mais 14 vigilantes da CBTU;
- Apoio da PROAF para constituir processo específico para o CCG, para contratação de serviço de limpeza e de manutenção predial;
- Através da PROGEP (CODEP), ampliar treinamento de pessoal, com destaque para o SIG;
- Estimular e valorizar a participação de servidores técnico-administrativos do CCG como instrutores da CODEP e em comissões e fóruns de discussão internos e externos;
- Apoio irrestrito na luta pela permanência do CCG em seu espaço e para firmar parcerias com outras instituições em Campos dos Goytacazes, que possibilitem a continuidade de suas pesquisas.

4.9. PROPOSTAS PARA PRODUÇÃO INTEGRADA AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DA FAZENDA UNIVERSITÁRIA DA UFRRJ:

As unidades de produção animal e vegetal na UFRRJ são estratégicas, seja pelo seu aspecto acadêmico associado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, seja pela necessidade em ocuparmos nosso território no Campus Seropédica.

Partimos do princípio de que a estruturação dessas unidades deva seguir os princípios acadêmicos que vinculam, e não fragmentam, as diversas áreas de conhecimento associadas aos modelos de produção. É expressão de uma visão ultrapassada não relacionar as modernas técnicas de manejo à organização de modelos de produção que relacionem a produção agrícola-florestal com a animal. Na Rural, não devemos considerar áreas de produção animal ou vegetal, mas ambas conjuntamente, em um Sistema Integrado de Produção.

Sendo assim, propomos que a organização, as competências, a área física de abrangência e o funcionamento da Fazenda Universitária da UFRRJ (FazUR) sejam feitos por uma unidade administrativa vinculada à Reitoria.

A FazUR se fundamenta em sistemas integrados de produção, cujo objetivo principal é apoiar o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das Unidades Administrativas ligadas às Ciências Agrárias, bem como de outras unidades da UFRRJ como nas áreas Tecnológicas e de instituições conveniadas.

Para desenvolver suas atividades, propões-se a seguinte estrutura organizacional para a FazUR:

- I – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão das Ciências Agrárias (CEPEA-CA);
- II – Comitê Gestor e Secretaria Administrativa;
- III – Coordenações de Áreas/Coordenações Especializadas;
- IV – Comitê de Planejamento e Gestão de Área;
- V – Câmaras Técnicas Setoriais;
- VI – Setores de Produção/Técnicos.

As Coordenações se referem às áreas animal e vegetal, incluindo as Coordenações Especializadas das áreas Florestal e Tecnológica.

O Comitê Gestor seria formado pelos diretores de Institutos que compõem o CEPEA-CA, pelos coordenadores das áreas Animal e Vegetal e pelos gestores das Coordenações Especializadas nas áreas Florestal e Tecnológica.

Os cargos de coordenadores das Áreas Animal e Vegetal da FazUR deverão ser exercidos por servidores efetivos da UFRRJ, preferencialmente da carreira técnico-administrativa, com graduação plena na área de Ciências Agrárias, que atuem na FazUR e estejam vinculados às câmaras técnicas setoriais.

Os Coordenadores serão nomeados pelo Reitor a partir de nomes indicados pelo Comitê Gestor da FazUR após consulta às Câmaras Técnicas Setoriais da respectiva Área.

4.10. PROPOSTAS PARA A GESTÃO DA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DOS CAMPUS DA UFRRJ:

4.10.1. Breve histórico da gestão da manutenção da Infraestrutura na UFRRJ:

Na UFRRJ, a gestão dos serviços de manutenção infraestrutura, predial, elétrica, hidráulica, de transportes, das vias internas de acesso e do patrimônio paisagístico do Campus de Seropédica, desde a criação do Campus da UFRRJ em 1947 até o período recente, era uma atribuição exclusiva da Prefeitura Universitária (PU), que reunia uma Divisão de Serviços Gerais, na qual estavam subordinados os seguintes setores: a) Setor de Carpintaria, para a confecção e manutenção de mobiliário em madeira; b) Setor de Conservação de Edifícios, responsável pelos serviços de manutenção dos edifícios; c) Setor de Conservação de Parques e Jardins,

responsável pela manutenção do patrimônio paisagístico da UFRRJ, mantendo o controle da vegetação arbustiva e arbórea, por meio de serviços de podas e roçadas; d) Setor de Máquinas Pesadas, responsável pela execução de serviços e manutenção das ruas e vias de acesso internas ao Campus; e) Setor de Oficinas, responsável pela manutenção da frota de veículos e máquinas; f) Setor de Serviços Comunitários; g) Setor de Transportes, responsável pela gestão da frota de veículos utilizados nas atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão.

Para dar conta das atribuições de cada um destes setores, a PU contava com um quadro de servidores efetivos, com cargos específicos (motorista, carpinteiro, marceneiro, eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico, etc), que eram repostos mediante a abertura de vagas para concurso público. Contudo, com o advento da reforma administrativa aprovada na década de 1990, a maioria destes cargos foi extinta, impossibilitando a UFRRJ a repor as vagas, por decorrência de aposentadoria, ou falecimento.

Neste contexto, o quadro de servidores da Prefeitura Universitária foi se reduzindo gradativamente nos últimos anos, em paralelo ao aumento das demandas por serviços, decorrentes da expansão dos cursos de graduação e pós-graduação promovida pelo Programa REUNI. Tais demandas aumentaram em dimensão e complexidade com a criação de novos Campus, em Nova Iguaçu e em Três Rios.

Para atender ao aumento das demandas por serviços de gestão da infraestrutura, as últimas gestões da Administração Central compensaram a falta de servidores efetivos com a contratação de empresas de prestação de serviços de manutenção terceirizados. Entretanto, sem a previsão da aquisição do material de consumo, o que dificultava a execução dos serviços, nas situações em que ocorriam atrasos nos processos de aquisição por licitação. Por outro lado, com a queda do orçamento, a contratação de terceirizados tornou-se muito difícil.

Para solucionar este problema, a atual gestão da Reitoria procedeu a licitação de uma empresa de manutenção predial, com a previsão de um quadro de profissionais para atender as múltiplas demandas de manutenção predial atendidas pelos setores da PU e, também o fornecimento de material de consumo para a execução dos serviços. A gestão deste contrato vem sendo exercida, de forma articulada e em complementaridade à atuação dos setores vinculados à PU e, contribuíram para a melhoria gradual da qualidade da execução dos serviços de manutenção predial em nossa Instituição, atendendo demandas que se acumulavam há muitos anos.

Além desse contrato, a atual gestão atuou no sentido de modernizar os serviços junto ao Setor de Conservação de Parques e Jardins, possibilitando a execução de serviços de roçada e de controle da vegetação, com uma periodicidade maior. Paralelamente, foram adquiridos dois novos tratores e roçadeiras para otimizar esses serviços.

No Setor de Transportes, com a redução do quadro de motoristas, foi necessário prever nos contratos de terceirização, a inclusão da profissão de motorista para o atendimento da demanda, não contemplada pelo quadro de motoristas efetivo.

Diante da situação de continuidade de redução do quadro efetivo de servidores da PU, e da impossibilidade de abertura de novos concursos, em razão da maioria dos cargos lotados nos seus setores estar extinta, será necessário trabalhar na direção de uma reestruturação administrativa, de tal modo que gestão dos serviços

de manutenção infraestrutura possa ser garantida, sob dentro de novas bases de funcionamento.

4.10.2. Proposta para a gestão da manutenção da Infraestrutura:

A proposta de infraestrutura para a UFRRJ da chapa **UFRRJéAgente** será apresentada em subdivisões estratégicas para facilitar a compreensão e a futura governança. Essas divisões não podem ser entendidas separadas, mas, pelo contrário, estão conectadas e seus desenvolvimentos interdependentes.

Se entende aqui por infraestrutura toda a base indispensável para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da UFRRJ. As ações em infraestrutura requerem criação e/ou modernização e/ou manutenção e/ou reformas nas estruturas existentes. Dessa forma, as ações implicam em um conjunto de ações gerais que contemplam cada uma das grandes áreas, mas que se conectam. Dessa forma, podemos dividir a infraestrutura Institucional da seguinte forma:

- **Administrativa** – Mapeamento de processos, governança e gestão de Risco;
- **Tecnológica** – Rede de transmissão de dados, Datacenter, Sistema Integrado de Gestão;
- **Urbana** – Iluminação do campus, transmissão de energia, rede de esgoto e fluvial, transporte interno, segurança, entre outros;
- **Equipamentos e Mobiliários** – Equipamentos de laboratórios, computadores, geradores de energia, mobiliários, ares condicionados, etc.
- **Predial** (salas de aula, laboratórios, espaços administrativos e utilidades comuns) – manutenção da estrutura existente e construção de novas estruturas;
- **Manutenção predial** – reparos simples e reformas maiores.

A chapa entende que todo o processo de infraestrutura precisa de uma governança articulada, com ações transversais em várias unidades acadêmicas. As **infraestruturas administrativas e tecnológicas** estão contempladas na proposta da PROPLADI sobre o tema e terão continuidade nas ações em desenvolvimento na atual gestão da Administração Central.

No âmbito das medidas adotadas pela atual gestão na melhoria da **infraestrutura de equipamentos e mobiliários**, atuou-se de forma decisiva na recomposição gradual dos equipamentos e mobiliários que estavam sem condições de utilização. Para tanto, foram abertos processos licitatórios para a aquisição de mobiliários, aparelhos de ar condicionado, equipamentos de informática (computadores, áudio e vídeo), equipamentos de laboratório, entre outros itens.

A chapa **UFRRJéAgente** propõe a continuidade do planejamento de compras anual, onde são tratados grandes grupos por itens específicos a cada dois anos, de modo garantir o atendimento gradual das demandas por equipamentos e mobiliários, considerando-se a disponibilidade orçamentária.

Neste momento estamos com atas abertas de processos licitatórios iniciados no ano passado para a aquisição de aparelhos de ar condicionado, ativos de rede, livros,

entre outros itens. Para este ano será finalizada ata para aquisição de computadores e equipamentos de laboratórios. Estes dois grandes grupos tiveram sua última ata em vigor em 2018. Essa estratégia de planejamento das aquisições possibilitará à Instituição se organizar na recomposição de sua infraestrutura de equipamentos e mobiliários de forma racional e estratégica, considerando o atendimento gradual das demandas existentes.

No âmbito da **infraestrutura urbana**, é importante destacar as ações desenvolvidas pela atual gestão, no sentido de melhorar as condições de iluminação, mediante a realização de reparos de postes e na substituição de lâmpadas para melhorar as condições de segurança no Campus. Além disso, na atual gestão da Reitoria foi firmada uma parceria com a empresa chinesa **State Grid** para a instalação de postes de luz, dotados de placas para a captação de energia solar, que foram instalados em frente a nova Biblioteca em direção ao PAT/ICHS/ICSA/IZ e Alojamentos. Para o próximo ano serão instalados novos postes nos caminhos em direção ao Instituto de Veterinária e ao Instituto de Florestas e Agronomia.

No âmbito do transporte interno, na atual gestão foi aberta uma linha de transporte *intercampi* (Nova Iguaçu e Seropédica), bem como a ampliação dos horários do transporte circular interno (“fantasminha”). Para a próxima gestão estamos propondo, a realização de uma avaliação junto aos representantes das entidades estudantis, a fim de identificar demandas de criação de novos horários para o transporte circular como para o CTUR, o IF/IA/IV.

Também estamos propondo a realização de um diagnóstico juntamente aos diretores de Instituto e demais setores administrativos da UFRRJ, a fim de identificar os principais problemas relacionados à manutenção das redes hidráulica, sanitária e elétrica, com vistas a elaboração de propostas de equacionamento destes problemas no horizonte do curto, médio e longo prazos.

Infraestrutura Predial – No que concerne a infraestrutura predial é importante considerar a subdivisão das ações a serem realizadas em três eixos, a saber: i) nova infraestrutura, ii) reformas na infraestrutura existente e iii) manutenção e reparos na infraestrutura predial existente.

Para os três itens em conjunto será uma continuidade, mas com modernização administrativa, sendo a principal ação a sinergia de governança alinhada aos mesmos objetivos, dessa forma, proposta é:

- a) Uma unidade administrativa agregada com poder de governança estratégica;
- b) Avaliação dos históricos das demandas apresentadas para traçar estratégias de ação;
- c) Constituir equipe multidisciplinar para estudar periodicamente os contratos de manutenção e propor, quando for o caso, nova licitação;
- d) Ampliar a transparência nos critérios de atendimento, nas demandas atendidas e nos valores pagos as empresas de manutenção (quando for o caso);
- e) Estreitar a relação entre o demandante e a gestão da unidade de infraestrutura predial.

Em separado, as propostas para os itens i e ii estão contemplados nas propostas da COPEA na PROPLADI, contidas nesta Carta Programa. Para o item iii, pode-se dividir em três tipos de manutenção: preventiva, corretiva e de reparo emergenciais.

Para o atendimento das demandas para estes três tipos de manutenção, será necessário garantir a continuidade do contrato de manutenção predial, que foi uma grande conquista para a instituição realizada pela atual gestão. Considerando a continuidade deste contrato, destaca-se as seguintes propostas:

- a) Ampliar o modelo de contratação de empresa de manutenção predial para os demais campi Universidade (Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu e Três Rios). Para os campi de Nova Iguaçu e Três Rios, cumpre destacar que já há um processo licitatório em andamento.
- b) Manutenção preventiva – De forma estratégica a prioridade será para este tipo de manutenção. O campus de Três Rios terá o projeto piloto nesta ação, dada a sua menor demanda acumulada por manutenção corretiva.
- c) Manutenção corretiva – Será separada por manutenção corretiva de pequena complexidade e maior complexidade e será considerada também o grau de urgência do atendimento. Conforme a tabulação dessas divisões o atendimento será feito.
- d) Manutenção de pequenos reparos – para manutenção de pequenos reparos o atendimento será de até 48 horas.

5. IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO POLO DO MAR:

O Polo do Mar da Baía de Sepetiba objetiva ser um motor para a promoção do desenvolvimento sustentável da região do entorno da Baía de Sepetiba, por meio de projetos ancorados em três focos principais: Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Local, Responsabilidade Social e Negócios Sociais, e Tecnologia.

Ele visa articular a cooperação para a indução, o fomento, a gestão e a execução de atividades de extensão, projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável da Baía de Sepetiba, Itaguaí e demais regiões do entorno.

O Polo se estruturará com a adesão voluntária de empresas, instituições de ensino superior e de pesquisa e fomento, de organizações sociais (OSC), cooperativas, entidades de classe e poder público por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e terá como sede a UFRRJ.

Com base nas leis de aplicação de investimento para a criação de um programa de desenvolvimento econômico e social para a região, o Polo do Mar se constitui como entidade sem fins lucrativos e com uma estrutura mínima para a sua operacionalização, onde será estabelecido um colegiado e uma estrutura administrativa mínima. É proposto que o colegiado seja organizado em Diretoria, Conselho Administrativo e Assembleia Geral com os membros integrantes do Polo.

Além dos passivos ambientais, a fonte potencial de receita, nos termos previstos no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, seria decorrente da alocação direta pelos membros do Polo em projetos de CT&I, com aporte complementar das diversas instituições de fomento (FINEP, BNDES, FAPERJ, EMBRAPAII, etc), com recursos públicos e/ou privados (reembolsáveis e/ou não reembolsáveis), com a participação de Instituições Científico-Tecnológicas (ICT), públicas e privadas, entre outros, cuja gestão financeira ocorreria pela FAPUR.

Suas ações serão viabilizadas por parcerias com instituições governamentais, empresas, entidades privadas e do meio acadêmico, tais como:

- Empresas – ICN, Vale, Porto Sudeste, Nuclep;
- Instituições de Ensino Superior – UFRRJ, UERJ, UEZO, FAETEC;
- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI RJ;
- Instituições de Pesquisa – EMBRAPA;
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP;
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro – SEBRAE/RJ;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ);
- Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES);
- Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII).

Os principais objetivos do Polo são:

- a) Apoiar projetos socioambientais que melhorem os índices de sustentabilidade da região;
- b) Apoiar a criação de empreendimentos econômicos e sociais e aumentar a chance de sucesso de projetos inovadores;
- c) Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, através da criação de novas empresas de base tecnológica;
- d) Colaborar no desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas;
- e) Capacitar e incentivar o empreendedorismo local e regional;
- f) Estimular grupos de pesquisa, inovação e extensão das Universidades e ICT.

Ainda, com base nessa experiência, a UFRRJ irá estruturar setor e procedimentos para ampliação de ações diante de outras iniciativas, hoje em fase de elaboração de acordos, iniciados em 2019, porém interrompidos em 2020 devido a quarentena pela pandemia COVID-19.

Como exemplo o Polo de Inovação Tecnológica do Agronegócio (PITECAgro), em colaboração com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Solos), instituições com as quais a UFRRJ é parceira de longa data através dos Programas de Pós-graduação e da Fazendinha Agroecológica (SIPA).

